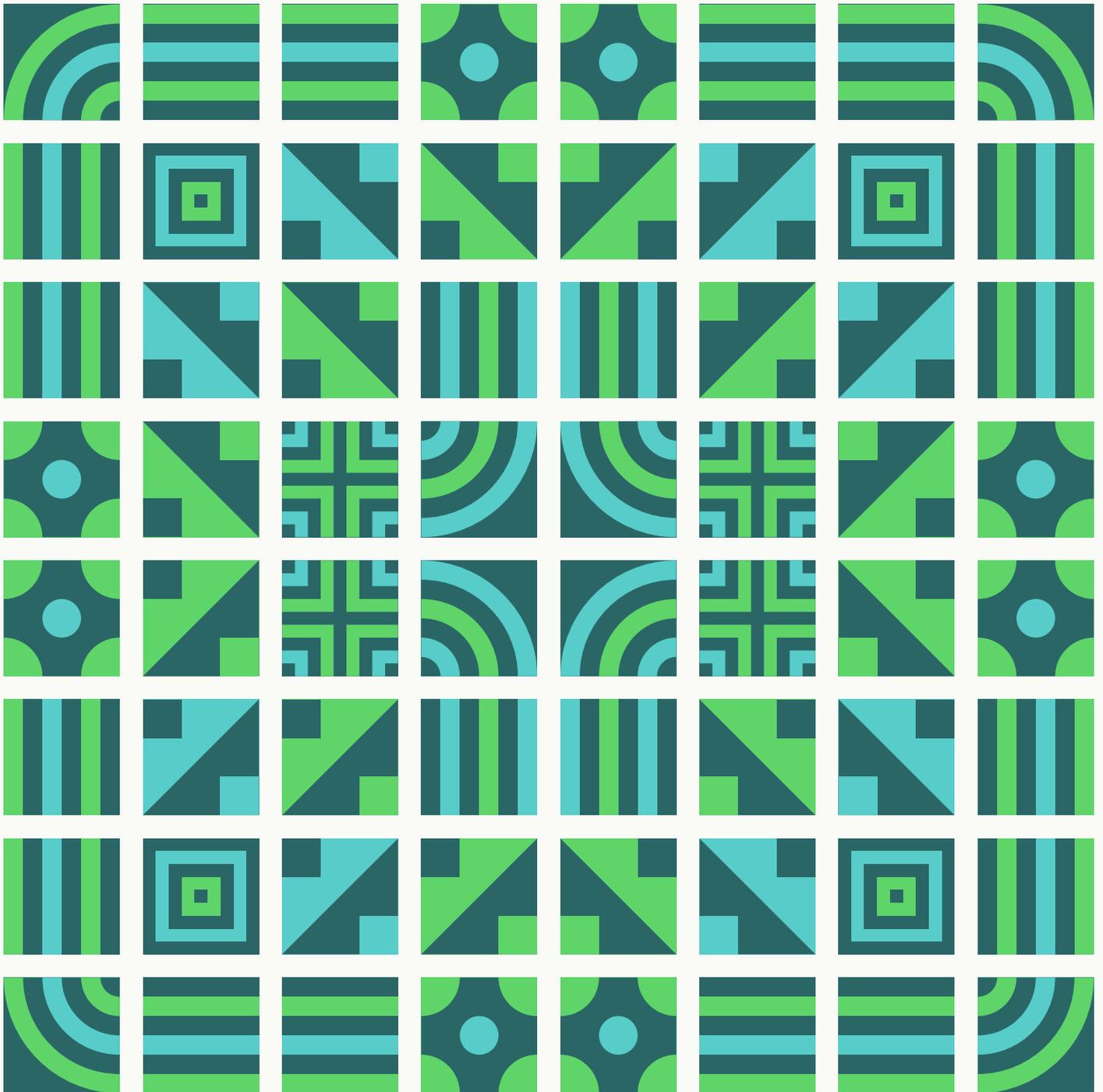
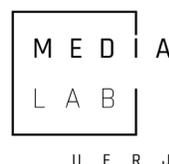


Construindo futuros a partir da América Latina



**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL,
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL:**
Construindo futuros a partir da América Latina

Esta publicação foi realizada por Derechos Digitales, organização independente e sem fins lucrativos, fundada em 2005, cuja missão é a defesa, promoção e desenvolvimento dos direitos fundamentais em ambientes digitais na América Latina. A oficina foi realizada por meio de uma colaboração entre Derechos Digitales, Lavits, MediaLab UFRJ, Tierra Común e fAIr.



Esta publicação conta com o apoio do International Development Research Centre (IDRC) e foi possível graças a Global Affairs Canada, GIRAI e AI4D.



Supervisão geral: Jamila Venturini e J. Carlos Lara
Edição: Jamila Venturini
Revisão de textos: Alejandra Erramuspe, Paola Ricaurte, Jamila Venturini e J. Carlos Lara
Sistematização das discussões e redação do relatório final: Gyssele Mendes
Tradução para o inglês: Gonzalo Bernabó
Tradução para o português: Dafne Melo
Tradução para o espanhol: Gonzalo Bernabó
Projeto gráfico: Comunas Unidas

Agradecemos o apoio de todas as pessoas que participaram ativamente na organização da oficina, assim como à equipe de Derechos Digitales por seu apoio durante o desenvolvimento das sessões de debates.

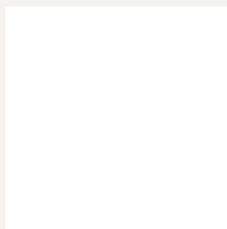
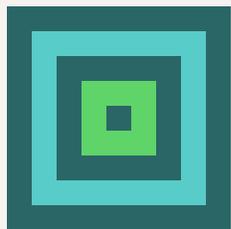
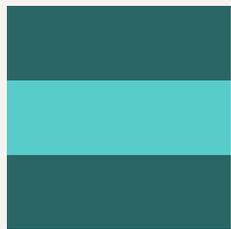
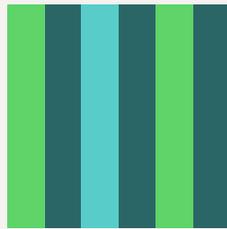
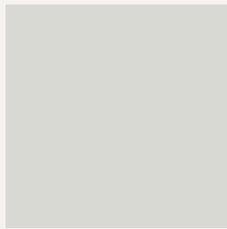
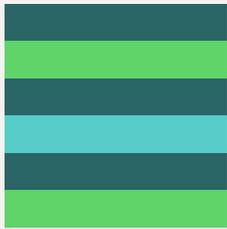
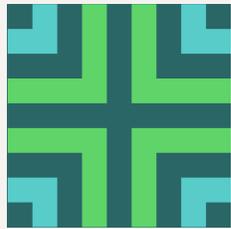
Dezembro, 2024.



Esta obra está disponível sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.es>

SUMÁRIO

PREFÁCIO: CONSTRUINDO FUTUROS A PARTIR DA AMÉRICA LATINA	5
PRÓLOGO	9
1. APRESENTAÇÃO	13
1.1 -METODOLOGIA	13
2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS	15
2.1 -DESAFIOS	15
2.2 -OPORTUNIDADES E ESTRATÉGIAS	18
3. GOVERNANÇA E REGULAÇÃO DA IA	21
3.1 -DESAFIOS	21
3.2 -ESPAÇOS MULTISSETORIAIS	24
3.3 -OPORTUNIDADES E ESTRATÉGIAS	26
4. POR UMA AGENDA COMUM EM IA	29
4.1 -DESAFIOS E LIÇÕES DA ATUAÇÃO COLETIVA	29
4.2 -PRINCÍPIOS PARA UMA IA VOLTADA PARA O BEM COMUM	33
4.2.1 -DEBATES DE FUNDO	34
4.2.2 -VALORES INEGOCIÁVEIS	35
4.2.3 -PRINCÍPIOS	35
4.3 -CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DESDE A AMÉRICA LATINA	36
4.3.1 -ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS PARA O FUTURO	37
4.4 -CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
ANEXO	41



PREFÁCIO: CONSTRUINDO FUTUROS A PARTIR DA AMÉRICA LATINA

Por Fernanda Bruno, Jamila Venturini e Paola Ricaurte

Esta publicação sintetiza os resultados de três dias de discussões entre representantes da academia e sociedade civil latino-americanas, reunidas no Rio de Janeiro, sobre o futuro da inteligência artificial (IA) desde uma perspectiva de direitos humanos e justiça social. O evento, realizado no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 21 e 23 de agosto de 2024, buscou estimular conversas baseadas nas evidências oferecidas por diferentes pesquisas sobre o tema, incluindo o Índice Global sobre IA Responsável.¹

Realizado pela Derechos Digitales² em aliança com a Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS),³ a Rede Tierra Común⁴ e a Rede Feminista de Pesquisa em IA,⁵ o encontro buscou gerar um espaço de troca sobre potenciais e impactos da IA e de reflexão crítica sobre as iniciativas de regulação e governança em curso a nível nacional, regional e global. A proposta foi propiciar um momento de discussão profunda sobre tais debates regulatórios que avançam de maneira acelerada respondendo a agendas e cronogramas nem sempre conhecidos e que, de modo geral, têm falhado em incluir adequadamente as perspectivas da sociedade civil e dos países latino-americanos.⁶ Para isso, contou-se com a participação de autoridades da Unesco e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos que compartilharam detalhes sobre sua atuação e possibilidades de colaboração.⁷

O título do encontro – “Inteligencia Artificial, derechos humanos e justiça social: construindo futuros a partir da América Latina” – tentou sintetizar a intenção de se pensar o futuro da IA desde uma perspectiva territorializada, centrada em direitos e na transformação social. Ainda que se trate de uma missão ambiciosa, os três dias de encontro evidenciaram que não se trata de algo que parte de um vazio. Ao contrário, ao longo das mesas de debate foram apresentadas inúmeras iniciativas que assumiram tal desafio e vem desenvolvendo pesquisas, bancos de dados, mapeamentos, redes, mobilização social e sistemas tecnológicos que miram lógicas alternativas às impostas por uma indústria tecnológica global que pouco se preocupa com os impactos de sua produção.

(1) “The Global Index on Responsible AI”, disponível em: <https://www.global-index.ai>

(2) <https://derechosdigitales.org>

(3) <https://lavits.org>

(4) <https://www.tierracomun.net>

(5) <https://aplusalliance.org>

(6) Jobin, A., Ienca, M. & Vayena, E.. “The global landscape of AI ethics guidelines”. *Nat Mach Intell* 1 (2019): 389–399. <https://doi.org/10.1038/s42256-019-0088-2>.

(7) A biografia de todas as participantes do evento, inclusive das mencionadas autoridades, pode ser encontrada no Anexo desta publicação.

As lições trazidas por cada uma destas iniciativas serviram para inspirar o pensamento e a ousadia de propor uma agenda que busque dar conta de alguns dos elementos inicialmente ocultos na ideia de “inteligência artificial”. Nesse sentido, cabe observar que o que se conhece como IA hoje se refere, em grande medida, a um conjunto de processos e técnicas que permitem a um sistema computacional fazer cálculos estatísticos capazes de identificar padrões e prever comportamentos para, a partir deles, sugerir ou tomar decisões. Ao contrário do que o nome poderia indicar, esses processos e técnicas têm pouco de “inteligentes” ou “artificiais”⁸ e dependem, por exemplo:

1. da disponibilidade de bancos de dados que permitem treinar modelos matemáticos para gerar inferências (esses dados podem ter diferentes origens e, muitas vezes, incluem dados pessoais);
2. de grandes contingentes de pessoas trabalhadoras classificando e filtrando esses dados de acordo com diferentes critérios;
3. do desenvolvimento de modelos algorítmicos responsáveis pelos cálculos;
4. de recursos naturais para a produção das tecnologias, como minerais, além de energia e água para manter os centros de dados e treinar os modelos;
5. de infraestruturas públicas, como redes de eletricidade, estradas e redes de telecomunicações.

Ou seja, os sistemas de IA não apenas requerem dados e modelos, mas também dependem da infraestrutura de telecomunicações e informação, que inclui cabos, antenas, satélites, data centers, supercomputadores, baterias, entre outros. Isso significa que ao discutir a governança e regulação da IA é necessário ir muito além das considerações sobre seus efeitos –que são múltiplos e devem ser considerados– e do papel exclusivo das empresas de tecnologia. Questões relacionadas à extração dos minérios necessários para o desenvolvimento de sua infraestrutura –muitos localizados sob reservas naturais ou terras sagradas para os povos indígenas⁹– e as condições de trabalho das pessoas envolvidas nessa produção –em muitos casos mulheres e migrantes que atuam em condições de extrema precarização¹⁰– são apenas algumas das que precisam ser tomadas em conta.

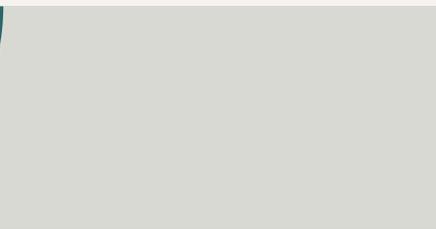
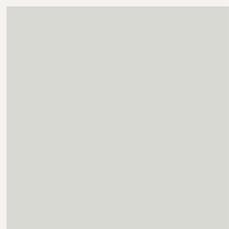
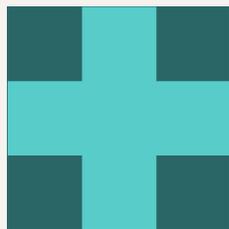
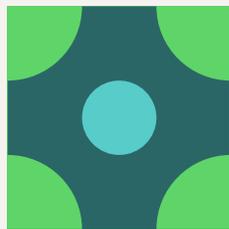
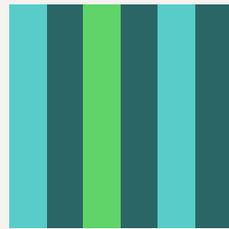
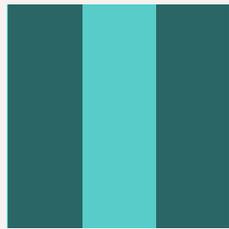
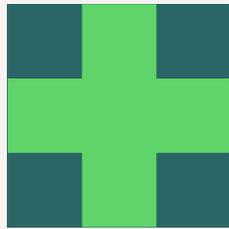
(8) Isso fica muito evidente, por exemplo, quando olhamos de maneira aprofundada sobre os sistemas utilizados pelo setor público em alguns países da região. Ver Velasco, P., y Venturini, J. *Decisiones automatizadas en la función pública en América Latina. Una aproximación comparada a su aplicación en Brasil, Chile, Colombia y Uruguay*. Derechos Digitales (2021), disponível em: https://ia.derechosdigitales.org/wp-content/uploads/2021/03/CPC_informeComparado.pdf.

(9) Nicole Greenfield, “La minería de litio está dejando a las comunidades indígenas de Chile altas y secas (literalmente)”, NRDC, 26 de abril de 2022, em: <https://www.nrdc.org/es/stories/mineria-litio-dejando-comunidades-indigenas-chile-altas-secas-literalmente>.

(10) Miceli, M., Posada, J., & Yang, T. (2022). Studying up machine learning data: Why talk about bias when we mean power?. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, 6 (GROUP), 1-14.

Construir futuros para a IA a partir da América Latina implica pensar sobre os impactos ambientais e trabalhistas dessas tecnologias em uma região que, em séculos de extrativismo e exploração, segue sendo uma das mais desiguais do mundo. Também implica pensar nos aspectos culturais, especialmente sobre as comunidades tradicionais que habitam essa região. Nas páginas a seguir se encontra um mapa inicial das principais tensões que permeiam o desenvolvimento, regulação e governança da IA desde uma perspectiva latino-americana e alguns caminhos exploratórios para se pensar e construir alternativas. Ao final se encontram mais detalhes sobre as pessoas e organizações participantes, assim como das iniciativas que já estão em desenvolvimento.

Desejamos uma boa e inspiradora leitura.



PRÓLOGO

Por Nicolás Grossman e Gloria Guerrero

Como é governada a Inteligência Artificial (IA) e para onde ela nos levará? Esta questão pode ser utilizada para condensar muitas das questões e reflexões suscitadas por este tema que já está no topo da agenda dos debates sobre governança global. Ao decompor essa questão, percebemos que ela pode ser interpretada como relevante em dois eixos: o conceitual e o temporal.

Conceitualmente, embora o termo IA tenha mais de uma definição do ponto de vista técnico, não podemos ignorar as discussões que provoca em matéria de pesquisas sociais e propostas políticas. Há um debate econômico, político e social sobre essas novas tecnologias que é importante abordar e conectar.

Igualmente, é crucial analisar e projetar os impactos e possibilidades a longo prazo. Sem dúvida não podemos deixar de lado temas interligados como a extração de recursos naturais para desenvolver dispositivos de captura, armazenamento e processamento de dados, a dataficação da vida cotidiana por meio dos registros digitais de centenas de ações que levam adiante ao longo do dia a dia pessoas em todos os cantos do mundo planeta, e as disputas pela propriedade, a posse e o uso desses dados, que deve ser, e é, parte da discussão.

No que diz respeito ao eixo temporal, no passado podemos rastrear os diferentes passos, tanto tecnológicos como sociais, que foram levando à IA realmente existente no presente para compreender as suas origens. Este aspecto da questão de onde começa a IA foi amplamente estudado e documentado. Mas, “Como e por que devemos regular a IA?” é um dos debates mais importantes da atualidade. Pensar quais são as lógicas dominantes, as principais potencialidades dessas tecnologias, bem como os possíveis riscos, são questões cruciais na hora de definir o rumo que a IA deve tomar para o bem da maioria.

O encontro “*Inteligência artificial, direitos humanos e justiça social: construindo futuros a partir da América Latina*”, foi um evento extremamente enriquecedor, onde não houve nenhum eixo, aspecto ou dimensão da IA que não tenha sido fiscalizado e debatido. Contou com participantes de diversos setores da sociedade civil e da academia da América Latina, bem como representantes de organismos multilaterais. Foi um daqueles encontros em que buscamos construir perspectivas coletivas a partir da troca de ideias e perspectivas, portanto um ambiente ideal para, a partir do Índice Global de IA Responsável (GIRAI), entender em primeira mão quais informações a nível regional e global se necessita coletar e sistematizar. O GIRAI, então, foi concebido como um instrumento chave para informar debates e decisões em torno da IA responsável em locais onde esta informação não é abundante. Sendo um projeto único, procura incorporar o máximo de perspectivas possíveis durante o desenvolvimento e avaliação de cada edição.

Dizemos que o GIRAI é uma iniciativa única no seu gênero, tanto por seu alcance como por seu processo e seus enfoques. É um projeto de pesquisa e incidência que coleta e analisa evidências em primeira mão em 138 países e jurisdições sobre os compromissos e progressos em torno da Inteligência Artificial responsável em cada um dos ecossistemas de IA, compostos por governos locais, mas também por atores não estatais, como o setor privado, a academia e a sociedade civil. É o primeiro índice de IA responsável em escala global, abrangendo 18 países latino-americanos e 41 africanos; e é também o primeiro a fazê-lo a partir da perspectiva dos

Direitos Humanos, razão pela qual o conceito de IA Responsável foi compartimentado em 19 áreas temáticas relacionadas com os direitos fundamentais no contexto da IA, proporcionando um nível de desagregação de evidências que nenhum outro índice sobre IA fornece, com informação específica sobre compromissos e ações relativas à equidade de gênero, diversidade cultural e linguística, vieses, direitos das crianças e dos trabalhadores, bem como avaliação de impacto, acesso a mecanismos de reparação e compensação por danos decorrentes de decisões algorítmicas no contexto da IA, entre outros temas.

Outra característica particular do GIRAI é que a sua coordenação surge a partir do Sul Global, e a coleta de evidências e a construção do quadro teórico e do instrumento de medição foram baseadas pelas perspectivas dessas regiões do mundo. Em termos de processo, as definições metodológicas foram validadas por 15 organizações especializadas na intersecção de tecnologias digitais e direitos humanos, localizadas principalmente no Sul Global: Da África do Sul ao Uruguai e ao Chile, da Índia ao Quênia e da Jamaica ao Sri Lanka. A grande maioria dessas instituições, tanto da sociedade civil como acadêmicas, também ficou encarregada de realizar a recolha de provas em cada um dos países e territórios. A territorialidade como elemento-chave nas discussões sobre tecnologias também foi debatida no evento. O que isso significa? Como isso se reflete nos resultados do GIRAI? E nos cursos de ação que são propostos?

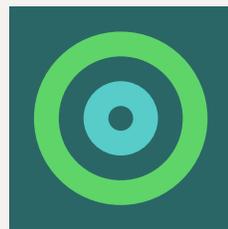
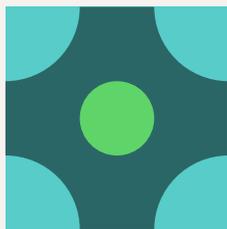
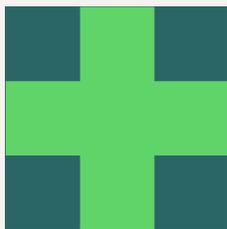
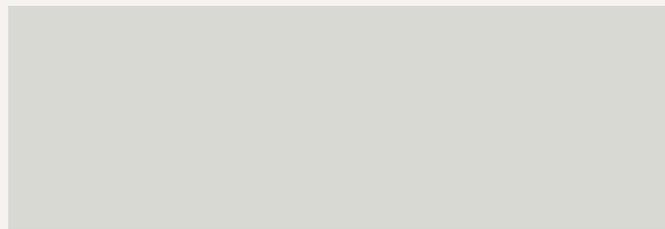
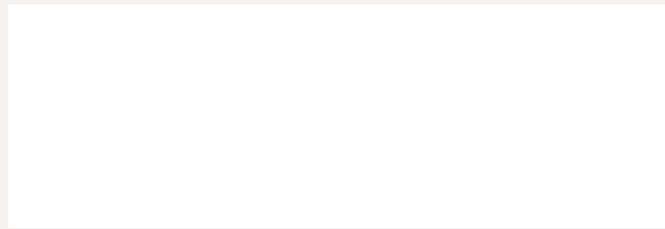
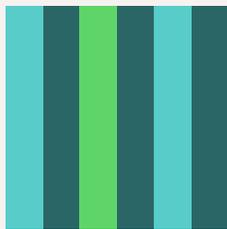
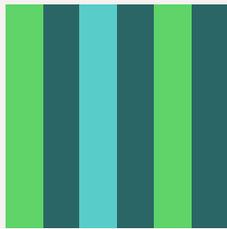
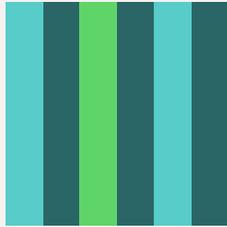
Essas preocupações não versaram apenas sobre o Índice apresentado, mas a conversa sobre a necessidade de adotar uma visão do Sul Global, da periferia ou do mundo majoritário sobre IA foi transversal a todo o evento através dos seus diferentes eixos temáticos. No que diz respeito ao desenvolvimento dessas tecnologias, problematizou-se o fato de a produção de conhecimento técnico sobre IA estar concentrada nos países do Norte Global, por exemplo; e, do ponto de vista institucional, apontou-se que as principais instâncias de debate e governança global são hegemônicas por atores dessas regiões. Em relação aos impactos e futuros da IA, foram identificadas abordagens, diretrizes e tarefas necessárias para que as desigualdades sociais e econômicas existentes na região não sejam aprofundadas. As propostas para enfrentar esses desafios também foram variadas, incluindo, mas não se limitando a: incentivar a diversidade entre os atores responsáveis pelo diagnóstico e implementação de tecnologias; garantir a inclusão efetiva da academia e da sociedade civil nos fóruns de discussão; ou avançar para uma governança global e inclusiva da IA. Em diferentes momentos também foi destacada a importância da perspectiva dos direitos humanos para enfrentar esses problemas.

Com o passar dos dias e dos debates, foi muito estimulante ver como os diagnósticos propostos pelo GIRAI foram úteis para embasar essas conversas, e também como se refletiram nas propostas dos participantes. Uma das principais conclusões da primeira versão desse estudo foi a confirmação de que, a nível global, os direitos fundamentais não estão sendo protegidos no contexto da IA. A grande maioria dos países não possui marcos regulatórios que os garantam e, quando existem, muitas vezes carecem de mecanismos para protegê-los e aplicá-los de forma eficaz. Diante desse cenário de deficiências, foram identificados alguns fatores que apresentaram tendências positivas. O GIRAI identificou que em muitas áreas onde os governos não estão atendendo necessidades são os atores não estatais, como as organizações da sociedade civil e a academia, que estão promovendo discussões e ações para poder atendê-las. A nível global, foram detectadas mais de 500 organizações da sociedade civil e mais de 400 universidades trabalhando na intersecção de diferentes direitos no âmbito da IA. A nível latino-americano, em áreas-chave para a utilização responsável da IA, tais como questões de diversidade e inclusão, tem sido observada mais atividade por parte desses atores não estatais do que pelos próprios governos, especificamente em áreas como a mitigação de vieses e discriminação, a garantia da diversidade cultural e linguística, a igualdade de gênero, a proteção trabalhista e o direito ao trabalho.

Outra constatação relevante da primeira edição do GIRAI foi a identificação da cooperação internacional como pilar fundamental para avançar em direção à IA Responsável. Foi a área temática que obteve melhor pontuação das 19 incluídas. Nesse aspecto, foram avaliados compromissos internacionais, sejam bilaterais ou multilaterais, com foco na IA e nos direitos humanos. Este tipo de compromisso é adotado por governos de todas as latitudes e é incentivado e apoiado pela sociedade civil e pela academia. Este foi, precisamente, também outro dos temas centrais do encontro, no qual foram analisados os espaços existentes de cooperação internacional, ao mesmo tempo que foram propostas linhas de ação para torná-los mais inclusivos. Porém, como evidenciado nas análises do GIRAI e nas discussões no Rio de Janeiro, a existência dessa cooperação não é suficiente. Dafna Feinholz, diretora da Divisão de Inteligência Artificial e chefe de Bioética e Ética da Ciência e Tecnologia da Unesco, destacou em sua intervenção que “medir e monitorar a implementação de sistemas de inteligência artificial pelos países tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelos organismos internacionais”, portanto, além do compromisso dos governos, soma-se a importância do papel da sociedade civil para exigir e garantir que as recomendações sejam implementadas em seus países.

Essa ação coordenada entre governos e outros atores chave, como organizações da sociedade civil e a academia, para garantir ecossistemas de IA que respeitem e promovam os direitos humanos é o que o GIRAI pretende medir e, ao mesmo tempo, reportar. Fazer isso envolve vários desafios. Entre os mais notáveis está o desenvolvimento de uma metodologia que permita formar os debates globais sobre IA responsável, identificando tendências gerais, mas que ao mesmo tempo contemple e seja aberta às particularidades e contextos de cada um dos países e territórios; uma metodologia de âmbito global, mas de relevância local. Uma metodologia que seja suficientemente clara para medir os avanços em direção a uma IA responsável, e não na direção oposta, mas que seja aberta e não prescritiva na forma como cada região deve abordar essa tarefa. Que seja capaz de traçar referências gerais, sem reproduzir lógicas excludentes e dominantes, e ao mesmo tempo acompanhada de uma estratégia de coleta de informação suficientemente flexível para identificar evidências dos mais variados tipos e da forma mais exaustiva possível, de modo a identificar fontes relevantes em contextos onde esta informação é escassa ou ainda não foi sistematizada.

Para enfrentar esses desafios e criar informações que forneçam evidências para a ação e a tomada de decisões, o GIRAI utilizou a sua rede global de investigação para refinar métodos e recolher e analisar informações para finalizar a primeira edição, mas é claro que a tarefa não termina aí. Após a publicação do primeiro relatório, juntamente com todas as evidências recolhidas em formato de Dados Abertos para promover a sua reutilização irrestrita, incentivamos e participamos de encontros para repensar a abordagem e garantir que seja uma ferramenta fundamental para continuar informando os debates sobre a governação da IA em diferentes regiões e globalmente. O evento *“Inteligência artificial, direitos humanos e justiça social: construindo futuros a partir da América Latina”* foi uma excelente oportunidade para participar de valiosas discussões com as mais proeminentes organizações e especialistas em diversas áreas da região. Convidamos os leitores a compartilharem o prazer que tivemos em rever os principais pontos de debate e acordos alcançados que foram consolidados nas páginas que se seguem, e assim poder participar dessa discussão urgente e aberta sobre a governança das IA a partir de nossas regiões do mundo.



1. APRESENTAÇÃO

Em um casarão que testemunhou a luta contra a ditadura no Brasil, pesquisadores e ativistas se reuniram para compartilhar informações e estratégias sobre o futuro da inteligência artificial (IA) na América Latina. Organizado pela Derechos Digitales, a Rede Feminista de Pesquisa em Inteligência Artificial, a rede Tierra Común, LAVITS e MediaLab.UFRJ, o encontro "Inteligência Artificial, direitos humanos e justiça social: construindo futuros desde América Latina" teve como palco o prédio histórico que hoje abriga o Fórum da Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Guardadas as devidas proporções, a luta que enfrentamos hoje também passa por garantir direitos e a própria democracia. Diante da inércia e da captura do Estado, empresas de tecnologia transnacionais extraem e comercializam dados sobre todas as dimensões das nossas vidas, alimentando sistemas de inteligência artificial sem qualquer transparência ou aviso prévio. A violação de direitos acaba se convertendo em lucro para essas empresas.

Ao longo de três dias, buscamos elaborar uma agenda regional que colocasse os direitos humanos e a justiça social no centro das discussões sobre a inteligência artificial. Discutimos estratégias para incidir em espaços herméticos, analisamos cenários preocupantes, apresentamos resultados de projetos e experiências que nos permitiram vislumbrar saídas coletivas e sonhar com um Fórum Social Mundial de Tecnologias, sem big techs.

Para dar conta da imensidão das trocas, ideias e planos, dividimos esta sistematização em três partes. Na primeira, abordamos os principais desafios da IA para os direitos humanos, bem como as oportunidades e estratégias para mitigar os riscos indicados. Na segunda, vamos nos ater ao debate sobre a governança e a regulação da inteligência artificial, apresentando também os principais fóruns multissetoriais onde essas discussões vêm sendo realizadas.

Na terceira e última parte, nosso foco estará voltado para os desafios e as lições aprendidas na atuação coletiva rumo à construção de sistemas de inteligência artificial não hegemônicos. Quais os debates que precisam ser feitos? Quais são os valores que, para nós, são inegociáveis no desenvolvimento de IAs? Quais os princípios devem reger uma IA voltada para o bem comum? Essas são algumas das questões que esse capítulo busca responder.

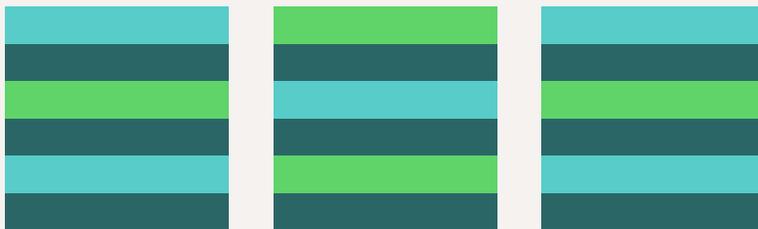
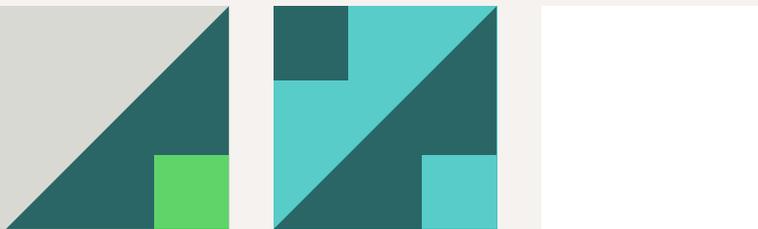
Por fim, olhamos para as experiências bem sucedidas na América Latina e para as propostas elaboradas coletivamente. Assim, encerramos com a esperança de que é possível construir outros mundos onde as tecnologias estejam a serviço da justiça social.

1.1 - METODOLOGIA

Durante os três dias de seminário foram realizadas sete mesas de debate. Com cerca de uma hora de duração, as mesas levantavam questões que eram aprofundadas nos grupos de trabalho (GTs).

Os GTs foram divididos em cinco grupos, com os seguintes temas: Dados; Desenho e Desenvolvimento; Metodologia; Pesquisa; e Políticas Públicas. Os participantes compartilharam suas experiências e perspectivas, contribuindo para a elaboração dos desafios, oportunidades, estratégias, lacunas e propostas sistematizadas neste documento.

Neste documento, cada capítulo irá se debruçar sobre as contribuições de mesas específicas, que abordaram diretamente o tema proposto. Já as contribuições dos grupos temáticos permeiam todo o texto, ainda que não estejam expressamente indicadas.



2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS

Em um contexto onde a inteligência artificial está mais presente nas nossas vidas, com mudanças cada vez mais rápidas, surgem novos desafios para a garantia e defesa dos direitos humanos. Que desafios são esses? Quais as responsabilidades de Estados e empresas diante das violações de direitos facilitadas pelos sistemas de inteligência artificial hegemônicos? Como a sociedade civil latino-americana pode se posicionar nesse cenário?

É inegável que as tecnologias possibilitaram transformações sociais importantes, oferecendo ferramentas para ampliar o acesso à informação e a bens culturais, fortalecer a mobilização e comunicação de causas, criar plataformas para a denúncia de violações, entre outras. Mas também é evidente que as tecnologias têm sido utilizadas para ampliar a vigilância em massa, impulsionar a disseminação de desinformação, promover genocídios, desestabilizar democracias, ameaçar defensoras e defensores de direitos, entre outras violações.

Assim, garantir que a inteligência artificial e todo o aparato tecnológico envolvido esteja alinhado aos parâmetros internacionais de direitos humanos é essencial para a dignidade e bem estar de todos os seres viventes.

Nas seções a seguir, apresentamos a sistematização dos desafios, oportunidades e estratégias na relação entre a IA e os direitos humanos. Apesar de serem temas transversais a todos os debates, vamos focar nas contribuições trazidas pelas mesas “IA desde el sistema interamericano de derechos humanos” e “Oportunidades y caminos para una IA para la justicia social y el ejercicio de derechos”.

2.1 - DESAFIOS

Inteligência artificial e direitos humanos

Neste quadro, reunimos os principais desafios para a garantia e defesa dos direitos humanos nos processos de desenvolvimento e implementação das IAs.

Incidência global

- Mitigar e prevenir as violações dos direitos humanos, que vêm sendo aceleradas pelo desenvolvimento e uso de sistemas de IA em diferentes âmbitos da vida social.

Políticas regionais

- Estabelecer padrões regionais comuns de direitos humanos e incidir junto aos governos e à indústria da tecnologia para que os respeitem;
- Construir modelos de risco para as IAs a partir da América Latina;
- Implementar políticas de combate à desinformação massiva, facilitada pelo uso da IA, e alinhadas aos parâmetros internacionais de direitos humanos.

Financiamentos

- Financiar o desenvolvimento de tecnologias orientadas por propósitos sociais.

Articulação e mobilização

- Criar pontes entre os diferentes campos de estudos, como por exemplo, técnicos, sociais e econômicos.

Proteção de defensores de direitos

- Criar estruturas de segurança para os ativistas.

Inteligência artificial, desinformação e democracia

Para Pedro Vaca, relator especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), os Estados, as empresas e as pessoas usuárias de tecnologia precisam estar conscientes das potencialidades e riscos da inteligência artificial.

Um dos principais riscos apontados pelo relator é a utilização da IA como ferramenta para a produção e disseminação em massa de desinformação. Essa prática, cada vez mais sofisticada, traz graves riscos para as democracias, podendo influenciar o resultado de eleições pelo continente e minar a confiança nas instituições democráticas. A propagação de desinformação através da IA configura uma ameaça direta aos direitos humanos. Um dos desafios colocados é como criar mecanismos de proteção contra a desinformação e a corrosão democrática que vem sendo acelerada pelos sistemas de inteligência artificial?

A implementação desenfreada da inteligência artificial também pode provocar o agravamento das desigualdades estruturais já existentes na América Latina. Isso porque a aplicação de sistemas algorítmicos acaba por impactar desproporcionalmente e marginalizar ainda mais grupos sociais, como, por exemplo, mulheres, pessoas negras e indígenas, de territórios periféricos e a população LGBTQIAPN+.

Pedro Vaca também chamou a atenção para o risco da vigilância em massa, facilitada pelo uso de tecnologias de reconhecimento facial. Essa prática, além de violar a privacidade dos indivíduos, pode ser utilizada para controlar e reprimir dissidências políticas, representando uma grave ameaça aos direitos humanos. A coleta massiva de dados pessoais sem o consentimento dos titulares está diretamente associada às tecnologias de vigilância e é outra prática violadora recorrente.

Outro desafio diz respeito à responsabilidade das plataformas. A Relatoria para Liberdade de Expressão da CIDH/OEA apresentou um relatório recente que analisa o estado da discussão sobre quais seriam as responsabilidades das empresas em relação às violações cometidas por sistemas de IA. A cobrança pelo devido processo e por mais transparência são chaves nessa discussão. Cabe, portanto, questionar: quais são os critérios para definir que uma tecnologia violou um direito humano? Quem possui a atribuição para monitorar e certificar que uma violação foi cometida? Como esses limites estão estabelecidos hoje e como podem ser aprimorados?

Em outro relatório, a RELE/CIDH destaca que as ferramentas digitais que utilizam IA generativa para designar conteúdos, aumentar a interação online, entre outras finalidades, podem potencializar riscos já existentes no ecossistema informativo e na forma como as pessoas percebem seu entorno social.

Estimular o desenvolvimento regional de IAs pode ser insuficiente, pontuou Pedro Vaca, uma vez que há uma forte tendência de se repetirem os modelos dominantes do Norte Global, que atualmente monopoliza o desenvolvimento de IAs.

Convencer os países de que a inteligência artificial pode desestabilizar processos eleitorais e contribuir para violações massivas de direitos humanos é outro desafio apontado pelo relator. Para ele, uma saída é falarmos em repressão digital, conforme consta em relatórios produzidos pela RELE/OEA.

Durante a discussão sobre oportunidades e caminhos para uma IA voltada para a justiça social e o exercício de direitos, foram levantados pontos em torno da formação, financiamento e incidência sobre o tema.

Produção de conhecimento e colaboração

Luciana Benotti, da Universidade de Córdoba, trouxe questões relacionadas à produção de conhecimento em torno da IA, onde estão localizadas e com quais atores e atrizes essas produções estão dialogando. Ela identificou que as contribuições científicas são majoritariamente produzidas no Norte Global e no campo das ciências exatas, com pouco envolvimento de pesquisadores da América Latina e de outras áreas de estudo.

A intersecção entre as diferentes áreas seria fundamental para a formação de desenvolvedores e para produção de tecnologias atentas às disparidades regionais, de raça, gênero, idade, origem, religião, entre outros demarcadores sociais. Um dos desafios colocados é, portanto, como podemos incidir junto aos desenvolvedores de tecnologias e estabelecer conexões entre os campos mais técnicos e sociais? Que estratégias podemos criar para que essa aproximação aconteça?

Desigualdades, autonomia e tecnologias

Paola Ricaurte, professora do Tecnológico de Monterrey (TEC Monterrey) e cofundadora da Tierra Común, reforçou a importância do fomento à produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias a partir de outras bases, que não são voltadas para o lucro e que estão alinhadas às perspectivas interseccionais de gênero e outros marcadores de desigualdades. Ela ressaltou ainda que, antes de qualquer solução tecnológica que venhamos a pensar, é preciso fazer pelo menos duas perguntas: 1) Para lidar com essa questão, a estratégia mais adequada é o uso da tecnologia? 2) Se sim, é imprescindível que se utilize uma tecnologia proprietária para isso?

Tais questões são fundamentais para não cairmos em ‘tecnosolucionismos’ e reproduzir formas de pensamento importadas do Norte Global. Paola Ricaurte destacou ainda a importância de se pensar a autonomia das comunidades e territórios para decidirem quais tecnologias querem, como querem, se querem e de que forma querem. Assim, a autonomia caminha lado a lado com o respeito aos direitos.

Por fim, a pesquisadora abordou a atuação em espaços que são quase hermeticamente fechados, com composições pouco diversas. Isso é reflexo dos espaços e fóruns de discussão de políticas a nível global onde temos pouca ou nenhuma representação da América Latina. O tema será abordado com mais afinco no próximo capítulo, quando trataremos da governança e regulação da IA.

De todo modo, algumas definições prévias são necessárias, entre elas, a delimitação do que entendemos por IA e suas aplicações. Ao delinear o objeto, podemos definir as metodologias mais adequadas para analisá-lo, bem como distribuir as devidas responsabilidades. Junto a isso, identificar de que forma a inteligência artificial está presente no cotidiano das pessoas também é um caminho para compreendermos os impactos dessas tecnologias.

Na seção seguinte, vamos nos ater às oportunidades de incidência, bem como as estratégias necessárias para concretizá-las.

2.2 - OPORTUNIDADES E ESTRATÉGIAS

Oportunidades e estratégias para a defesa dos direitos humanos

Neste quadro, estão os caminhos indicados para a atuação da sociedade civil na defesa dos direitos humanos frente ao avanço da implementação das IAs.

Incidência global

- Aproveitar a liderança do Brasil no G20 para incidir junto às autoridades e instituições.

Políticas regionais

- Pressionar os Estados e organismos internacionais para a definição de padrões regionais comuns de direitos humanos, bem como a criação de mecanismos para acompanhar o cumprimento dos padrões pelas empresas;
- Há espaço para incidência junto à RELE/CIDH, com possibilidade de colaborar, via consultas públicas, nos eventuais relatório e recomendações que serão produzidos pelo órgão sobre os impactos do uso da inteligência artificial nos direitos humanos.

Financiamentos

- Buscar mais financiamento para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, que tenham os direitos humanos como centro;
- Criação de fundos e iniciativas focadas em financiar a produção de outros imaginários sobre a IA.

Defesa dos direitos

- Potenciais usos da IA para apoiar no trabalho de salvaguardar informações de interesse público em países repressores, a fim de garantir a liberdade de expressão.

Articulação e mobilização

- Promover o intercâmbio com os campos mais técnicos, participando de eventos dedicados às comunidades de desenvolvedores de tecnologias.

A dualidade entre as percepções apocalíptica e a ‘tecnochauvinista’, que acredita na tecnologia enquanto solução para todos os problemas sociais, não contribui para o debate sobre a inteligência artificial. Ambas as perspectivas, de modos diferentes, não abrem espaço para a criação de outros imaginários sobre as tecnologias.

Interseccionalidade, diversidade e inteligência artificial

Pedro Vaca mencionou um exemplo concreto do uso da IA para a promoção dos direitos humanos. Durante a crise na Venezuela, ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas por jornalistas para salvaguardar e processar informações de interesse público, resguardando assim o direito à liberdade de expressão.

A disputa por imaginários e sentidos da IA está aberta, ainda que se dê de forma desigual. Seria possível desenvolver IAs alternativas, voltadas para responder a demandas sociais, com uma perspectiva feminista e decolonial? Algumas das experiências apresentadas durante o encontro apontam que sim.

Paola Ricaurte apresentou a [Aliança para Algoritmos Inclusivos](#), uma coalizão global, multidisciplinar e feminista de acadêmicas e ativistas que produzem protótipos para o futuro

da inteligência artificial, utilizando a tecnologia como ferramenta para acelerar a igualdade de gênero. No âmbito da Aliança também foi criada a Feminist AI Research Network (f<a+i>r), uma rede dedicada a encontrar formas de transformar a IA em uma tecnologia mais inclusiva, efetiva e socialmente transformadora.

A rede de investigação é formada por ativistas, pesquisadoras, filósofas, advogadas, desenvolvedoras, cientistas de dados, entre outras, que utilizam abordagens feministas para a IA. Fundada em 2020, a articulação é voltada para o desenvolvimento de tecnologias com perspectiva feminista e propósitos sociais no Sul global. A criação de fundos e iniciativas, como o Fundo Feminista para Desenvolvimento Tecnológico e a própria Aliança para Algoritmos Inclusivos, demonstram o potencial de fomentar tecnologias capazes de criar outros futuros e que questionem as escalas de poder.

Em espaços pouco diversos, também é possível criar brechas para promover tecnologias mais igualitárias. Exemplo disso é a Global Partnership on AI (GPAI), iniciativa vinculada à OCDE formada majoritariamente por países do Norte Global. Por meio da incidência da sociedade civil no espaço, foi possível avançar nas discussões sobre diversidade e gênero. Nesse sentido, impulsionar a presença de mulheres que promovem uma agenda de igualdade em posições de poder e de tomada de decisões nos diferentes espaços e também nos setores público e privado seria uma oportunidade para avançar em abordagens éticas no desenvolvimento de IAs.

Em breve, o grupo de trabalho sobre IA responsável da GPAI, irá lançar o relatório “Towards substantive equality in AI: transformative AI policy for gender equality and diversity”, co-liderado por Paola Ricaurte. O documento é um guia prático com recomendações concretas sobre como incorporar abordagens de gênero e diversidade no desenvolvimento e implementação de uma estratégia de IA. O guia foi elaborado a partir de consultas a especialistas de várias regiões do mundo e aponta para a necessidade de uma abordagem estrutural histórica no campo da IA e mais recursos para o trabalho interseccional no tema.

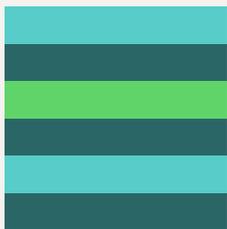
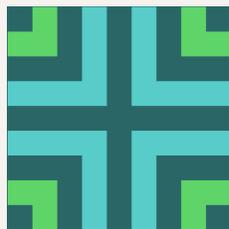
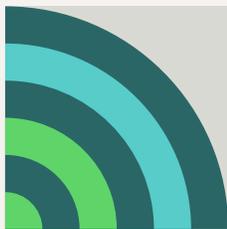
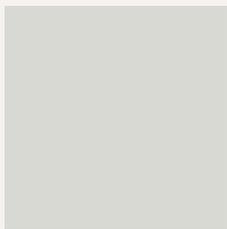
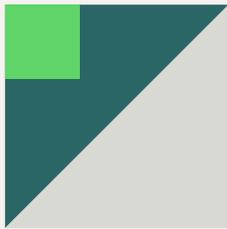
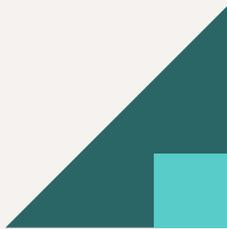
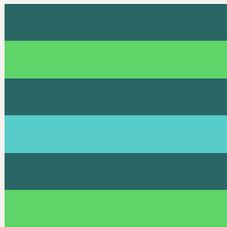
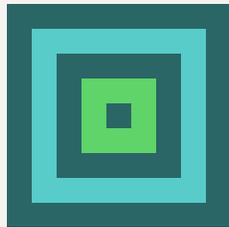
Formação, articulação e múltiplas estratégias

Outra oportunidade de incidirmos para o desenvolvimento de tecnologias alinhadas aos direitos humanos é junto às comunidades de desenvolvedores. Nos cursos de capacitação técnica, há pouco ou nenhum conteúdo sobre temas sociais.

Luciana Benotti destacou que promover perspectivas críticas junto a essas comunidades poderia resultar em formações mais diversas na indústria. A participação em eventos como o KHIPU – Encontro Latino-americano sobre Inteligência Artificial, que reúne jovens desenvolvedores da região, poderia contribuir nessa direção e influenciar positivamente na criação e desenho de sistemas de IA.

O que podemos perceber até aqui é que para lidarmos com o avanço da inteligência artificial na América Latina precisamos ter estratégias multifacetadas. A construção de padrões regionais comuns, a incidência junto a tomadores de decisão para a criação de leis que resguardem os direitos humanos, o fomento ao desenvolvimento de tecnologias alternativas e a promoção de diálogos e cooperações internacionais foram mais alguns dos caminhos apontados pelos participantes.

Incidir junto aos Estados e organismos internacionais para estabelecer padrões regionais comuns de direitos humanos e garantir que as grandes plataformas digitais os respeitem é uma das tarefas que temos. Uma oportunidade para a América Latina é aproveitar a liderança do Brasil no G20.



3. GOVERNANÇA E REGULAÇÃO DA IA

A regulação da inteligência artificial é tema de primeira ordem nos países latino-americanos. O avanço da tecnologia sobre os países em uma velocidade assustadora, associado ao lobby poderoso das big techs, tem como consequência discussões apressadas, sem a efetiva participação de representantes da academia, entidades sindicais, organizações da sociedade civil e dos grupos marginalizados que sofrerão os efeitos diretos do uso irresponsável das tecnologias.

Equilibrar os interesses dos setores público e privado com a proteção dos direitos humanos não é tarefa fácil. Nas seções a seguir, estão descritos os principais desafios, espaços multissetoriais sobre governança das tecnologias, bem como as oportunidades e estratégias que foram apontadas pelos participantes do encontro. Nesta parte, as questões centrais serão aquelas levantadas pelas mesas "Recomendaciones UNESCO e implementación metodologías RAM", "Analizando el avance de la IA en América Latina-Global Index on Responsible AI" e "El panorama global de discusión sobre gobernanza y regulación de IA".

3.1 - DESAFIOS

Desafios para a governança e regulação da inteligência artificial

Neste quadro, apresentamos os principais desafios para garantir uma governança e regulação da IA que seja compatível com a defesa dos direitos humanos e outros-que-humanos.

Incidência global

- Fragmentação e enfraquecimento do multilateralismo;
- Avançar concretamente na governança global da IA;
- Materializar as recomendações para implementação de IAs éticas;
- Tornar efetiva a participação da academia e sociedade civil nos fóruns multissetoriais de discussão e torná-los mais transparentes.

Diálogo com setor privado

- Dialogar com o setor empresarial e lidar com o lobby poderoso das empresas de tecnologia.

Avaliação e monitoramento

- Estabelecer uma metodologia comum para mensurar o impacto;
- Avaliar os impactos socioambientais da IA, especialmente no Sul Global.

Políticas regionais

- Estabelecer mecanismos comuns para proteger os direitos humanos;
- Garantir a diversidade de atores/atrizes no diagnóstico e implementação das tecnologias.

Políticas nacionais

- Incidir junto aos governos e legisladores para uma regulação equilibrada, que garanta direitos;
- Fazer com que os países incorporem os aspectos de equidade e inclusão na implementação da IA.

Recomendações e monitoramento da implementação de IAs éticas

Medir e monitorar a implementação dos sistemas de inteligência artificial pelos países tem sido um dos grandes desafios enfrentados por organismos internacionais. Dafna Feinholz, diretora da Divisão de Inteligência Artificial e chefe de Bioética e Ética de Ciência e Tecnologia da UNESCO, apresentou o cenário da implementação das Recomendações sobre ética da inteligência artificial elaborada pelo órgão.

O documento, adotado por 193 Estados Membros, em 2021, estabelece parâmetros éticos globais para o desenvolvimento e uso da inteligência artificial. Ele aborda a ética da IA tendo como base uma perspectiva multicultural e contém valores, princípios e ações que podem orientar as sociedades no manejo dos impactos das tecnologias de IA sobre seres humanos, instituições, meio ambiente e ecossistemas. Em sua apresentação, Feinholz destacou os princípios da proporcionalidade, segurança, equidade, sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos.

Com o intuito de avaliar a implementação das recomendações, a UNESCO desenvolveu ferramentas, como a Metodologia de Avaliação do Estágio de Preparação (RAM) e a Avaliação de Impacto Ético (EIA). A RAM tem por objetivo ajudar os países a avaliar seu nível de preparação para implementar a IA de forma ética e responsável, enquanto a EIA auxilia na avaliação de sistemas de IA específicos, bem como na aquisição de tecnologias pelos Estados. Outras metodologias já eram usadas, mas essas duas integram as dimensões legal, regulatória, social, cultural, econômica, científica, educacional e tecnológica para análise.

Entre os desafios indicados está o fato das Recomendações não terem força de lei, o que torna ainda mais importante o papel da sociedade civil de cobrar e garantir que as recomendações sejam efetivadas em seus países. Além disso, os contextos locais são bastante diversos e complexos. Espera-se que os governos assumam os compromissos, mas como isso acontecerá e como poderá ser exigido dependerá de cada caso.

Outro elemento a ser considerado são os contextos políticos onde há graves fraturas institucionais. O movimento de ascensão da extrema-direita ao poder pelas vias democráticas, que vem ocorrendo globalmente, é exemplo disso. O que se percebe é que as lideranças da extrema-direita, ao serem eleitas, atuam para minar as instituições democráticas, enfraquecer políticas públicas de combate às desigualdades e desmontar o Estado. Assim, os governos se tornam ainda mais alinhados aos interesses do setor privado, o que alimenta preocupações e tensiona as relações com a sociedade civil. Isso representa um risco para a criação de leis equilibradas voltadas para a regulação da indústria da tecnologia.

Durante a discussão, também foi ressaltada a falta de transparência na implementação das recomendações, assim como ocorreu no Chile. O país foi mencionado como um dos exemplos de avaliação e implementação, uma vez que fez isso de forma articulada com diversos órgãos públicos e a partir de consultas às partes interessadas. No entanto, ficou claro que o governo chileno não estava comunicando devidamente as medidas que vinha tomando, tendo em vista que a sociedade civil não estava entre as partes consultadas, revelando assim mais um desafio a ser enfrentado.

Governança e políticas nacionais para IAs responsáveis

No âmbito da governança, também contamos com a apresentação do Global Index on Responsible AI (GIRAI), cujo objetivo principal é medir a evolução dos compromissos e progresso da implementação de princípios e práticas responsáveis de inteligência artificial. Nicolas Grossman, diretor do projeto, juntamente com Gloria Guerrero, diretora-executiva da Iniciativa Latino-americana por los Datos Abiertos (ILDA), explicaram que a iniciativa cria pontos de

referência de forma sistematizada. Isso visa facilitar comparações, avaliar as condições dos países, fornecer evidências para os tomadores de decisão e apoiar a implementação, avaliação e prestação de contas dos princípios propostos. As dimensões avaliadas incluem capacidades, direitos humanos e governança responsável.

Principais resultados do Global Index for Responsible AI

- Governança da IA não significa que a IA seja responsável: dos 136 países pesquisados, 39% têm políticas ou estratégias nacionais de IA, mas mesmo assim a maioria obteve pontuações baixas, porque falharam em diversas áreas-chave que tornam a IA responsável;
- Faltam mecanismos para proteger os direitos humanos em risco no contexto da IA: apenas 43 países possuem avaliação de impacto;
- Aspectos de inclusão e equidade não estão sendo abordados pelos países: apenas 24 países possuem políticas para tratar da igualdade de gênero nas IAs e 33 estabeleceram políticas trabalhistas e de direito ao trabalho. No entanto, dos 33 marcos regulatórios de IA que abordam o tema do trabalho, apenas 7 têm força de lei;
- A cooperação internacional é um eixo importante;
- Academia e sociedade civil têm desempenhado um papel crucial na promoção de IAs responsáveis;
- Ainda existem muitas lacunas na garantia da segurança, proteção e confiabilidade dos sistemas de IA;
- Na América Latina, os países com melhor avaliação são Brasil, Uruguai e Chile, mas ainda há muito por avançar.

Um dos principais desafios foi identificar que governança e tecnologias responsáveis nem sempre caminham juntas, ou seja, o fato de existir uma governança da IA definida não garante que a tecnologia esteja de acordo com os princípios éticos e responsáveis. Além do mais, há uma ausência de mecanismos adequados para proteger os direitos humanos no contexto da IA, e aspectos como inclusão e equidade não são amplamente abordados pelos países. Dos 33 marcos regulatórios de IA que tratam da questão do trabalho, apenas sete têm força de lei. Na América Latina, os países que tiveram as melhores avaliações foram Brasil, Uruguai e Chile.

Durante a discussão, algumas críticas e sugestões foram levantadas. Entre elas, a inadequação de um índice como forma de avaliar a implementação da inteligência artificial nos países, isso porque a metodologia pode simplificar questões complexas. O uso de métricas globalizantes pode não capturar contextos locais e criar distorções na avaliação.

Além disso, também foi pontuada a preocupação com a super regulação, que pode ter efeitos adversos nas políticas nacionais, por exemplo, em relação à inovação. Outro aspecto importante é a reflexão sobre a inevitabilidade da IA. É fundamental questionar a centralidade dada à IA e às tecnologias na resolução de questões sociais. Isso pode sufocar a tarefa de explorar alternativas que atendam melhor às demandas locais.

O debate sobre a governança da inteligência artificial tem se intensificado nos últimos anos, com a criação de diversos fóruns multissetoriais para discutir o tema. No entanto, a participação da sociedade civil nesses espaços ainda enfrenta desafios significativos, que serão melhor abordados na próxima seção.

Por agora, vale mencionar que a análise das discussões apresentadas nos fóruns revela uma série de problemas. Entre eles, a falta de transparência e a complexidade dos processos, o que dificulta o acompanhamento e a participação efetiva da sociedade civil. Muitos fóruns, embora se apresentem como abertos, estabelecem barreiras de acesso, limitando a voz de grupos marginalizados e de diferentes atores.

Os temas abordados nos fóruns, como os riscos da IA e a proteção dos direitos humanos, são importantes, mas a abordagem muitas vezes é insuficiente e parcial. Há uma tendência a priorizar aspectos econômicos e tecnológicos em detrimento de questões sociais e éticas. A efetivação dos princípios e compromissos assumidos nos fóruns é limitada, com poucas ações concretas sendo implementadas.

Para garantir que a governança da IA seja democrática e inclusiva, a transparência é vital, inclusive sobre os dados que alimentam as bases de treinamento das IAs hegemônicas. De onde vêm os dados? Como estão sendo produzidos? Há consentimento expresso por parte das pessoas que estão tendo seus dados subtraídos? São perguntas para as quais temos poucas respostas.

Nas comunidades de desenvolvedores e ativistas de dados, a todo momento são apresentadas oportunidades de financiamento e colaboração com as big techs. É cada vez mais difícil recusar essas opções, dada a escassez de financiamentos e pela crença de que se pode gerar mudança a partir da “ocupação” dessas empresas. No entanto, acredita-se que as possibilidades de financiamento sejam apenas formas de melhorar a imagem das empresas junto à sociedade.

3.2 - ESPAÇOS MULTISSETORIAIS

Em quais espaços, globais e regionais, estão se dando as discussões sobre governança e regulação da inteligência artificial? Qual o nível de abertura desses espaços às demandas da sociedade civil? Essas foram algumas das perguntas que Jamila Venturini, codiretora executiva da Derechos Digitales, e Lucía Camacho, coordenadora de Política Públicas da mesma organização, buscaram responder.

De modo geral, os fóruns multissetoriais são espaços abertos à participação da sociedade civil, porém, os mecanismos para efetivar a participação não são claros. Ademais, as barreiras financeiras e de idioma também impedem a participação efetiva de ativistas. Se levarmos em consideração os marcadores sociais de gênero e raça/etnia, percebemos que os espaços são ainda mais pobres em diversidade de visões e perspectivas.

Dessa forma, a participação da sociedade civil ocorre de forma artificial e sub-representada. A desigualdade na representação dos diferentes atores é determinante na formulação das políticas. Grandes empresas e governos dominam as discussões. Essa desigualdade compromete a legitimidade das decisões tomadas nos fóruns e dificulta a construção de soluções que atendam às necessidades da sociedade. A existência de espaços para negociações bilaterais sigilosas, que excluem a participação social, enfraquece ainda mais os fóruns internacionais.

Abaixo, listamos os principais fóruns multissetoriais que promovem debates sobre governança e regulação da inteligência artificial.

Nome	Foco
<u>Pacto Global Digital</u>	Busca estabelecer princípios para a governança digital global, incluindo a regulação da inteligência artificial (IA) e promove discussões aprofundadas sobre temas, com pouca participação efetiva da sociedade civil. Previsto para ser implementado em 2025
<u>Cúpula para o Futuro</u>	Com foco em estratégias para desafios futuros e governança da IA, e acordos integrados ao Pacto para o Futuro. Incluídas consultas públicas, comentários aos rascunhos de políticas e a promoção de uma conferência dedicada à sociedade civil.
<u>OCDE</u>	Elabora princípios para a IA, com foco na governança da IA para o desenvolvimento econômico; possui um Observatório da IA que discute os temas do trabalho, corrupção e mudanças climáticas. Possui grupo de trabalho da sociedade civil, com foco em economia digital.
<u>Fórum de Governança da Internet (IGF)</u>	Possui um Fórum de Políticas sobre IA; elaborou um marco de governança com princípios e políticas de IA com foco no Sul Global. As discussões se dão em quatro subgrupos: responsabilidade, trabalho, governança, meio ambiente e sustentabilidade. Participação aberta à sociedade civil, com reuniões mensais.
<u>BRICS +</u>	Promove discussões sobre IA com foco na cooperação econômica e tecnológica.
<u>Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)</u>	Discussões em torno das condições que permitem o desenvolvimento econômico e uso da IA nos países da América Latina e Caribe.
<u>G20</u>	Possui um grupo de trabalho sobre IA, com foco em desenvolvimento, capacidades técnicas, governança de dados e infraestrutura.
<u>Organização dos Estados Americanos (OEA)</u>	Atualmente, a Secretaria da Assembleia Geral da OEA está responsável pela abordagem de tecnologias emergentes, incluindo a IA; a Cúpula das Américas incubiu os Estados de impulsionar o uso ético e responsável da IA; a Relatoria para Liberdade de Expressão está avançando em um informe sobre o impacto da IA nos direitos humanos.
<u>Conselho Intergovernamental da Inteligência Artificial</u>	Tem por objetivo criar um posicionamento regional sobre a regulação e governança da IA para as Nações Unidas.

Outros espaços de incidência mencionados durante a conversa:

- [Parlamento Latinoamericano e Caribenho](#);
- [World Summit on the Information Society \(WSIS+20\)](#);
- [Organização Internacional do Trabalho \(OIT\)](#);
- [Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento \(UNCTAD\)](#);
- [Organização Mundial do Comércio \(OMC\)](#);
- [Organização Mundial da Propriedade Intelectual \(OMPI\)](#);
- [Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe \(CAF\)](#);
- [Banco Interamericano de Desenvolvimento \(BID\)](#).

Por fim, vale mencionar ainda os fóruns vinculados à UNESCO no processo de implementação das Recomendações sobre o uso e desenvolvimento ético de inteligência artificial. O [Women4ethical AI](#) é um fórum que reúne especialistas para incidir sobre o debate de IA pela perspectiva da igualdade de gênero. O [Conselho Empresarial para a Ética na IA](#), atualmente presidido pela Microsoft e Telefónica, é um espaço de discussão entre a UNESCO e as empresas. O [Fórum Global sobre Ética da IA](#) reúne, anualmente, governos, organismos internacionais, pesquisadores, empresas e representantes da sociedade civil para intercâmbio de experiências e saberes sobre inteligência artificial.

3.3 - OPORTUNIDADES E ESTRATÉGIAS

Oportunidades e estratégias para a governança e regulação da IA

Neste quadro, indicamos as perspectivas de atuação da sociedade civil latinoamericana no âmbito da governança e regulação da IA.

Incidência global

- Estabelecer critérios e prioridades para incidência nos espaços multissetoriais globais;
- Elaborar um conjunto de demandas e questionamentos aos espaços multissetoriais, envolvendo mecanismos claros de promoção da diversidade e participação efetiva.

Cooperação internacional

- Reforçar a cooperação e o intercâmbio internacional;
- Potencializar articulações em torno do G20, aproveitando a liderança do Brasil neste ano.

Avaliação e monitoramento

- Aprimorar mecanismos de avaliação e monitoramento, pela sociedade civil, das IAs;
- Cobrar mecanismos de transparência sobre os financiamentos de bancos públicos e privados ao desenvolvimento de IAs.

Formação e capacitação

- Fortalecer a sociedade civil com investimentos em capacitação e formação.

Incidir na governança e regulação da inteligência artificial é tarefa repleta de desafios. Ainda assim, a sociedade civil tem encontrado formas de romper as barreiras e contribuir em espaços bastante restritos.

Prova disso é um dos resultados encontrados pelo GIRAI, que afirma que a sociedade civil vem cumprindo papel de suma importância na fiscalização da implementação dos sistemas de IA em seus respectivos países. A cooperação internacional e a atuação coletiva podem ser bons caminhos para fortalecer a incidência nos níveis regionais e globais.

Durante as discussões nos grupos, foram feitas sugestões para enfrentar os desafios impostos: 1) Democratizar os processos de decisão, com ampliação da participação de grupos sub-representados; 2) Fortalecer a sociedade civil com investimentos em capacitação e formação; 3) Criar mecanismos de responsabilização, de modo a garantir que as decisões tomadas nos fóruns sejam implementadas e que os impactos da IA sejam monitorados e avaliados; 4) Desenvolver indicadores claros para medir o avanço em direção a uma governança da IA mais justa e equitativa.

Outro aspecto levantado é a definição de prioridades para a incidência nos espaços internacionais. Identificar os espaços-chaves, os atores que participam, o histórico de contribuições e um mapeamento de interesses pode funcionar como um guia importante para a atuação internacional.

Os participantes também indicaram a necessidade de mudar a abordagem regulatória atual, baseada em marketing, para uma que priorize as funções da IA e os riscos associados aos seus usos. A adoção de uma regulamentação baseada nos níveis de risco e em princípios preventivos, especialmente no caso de sistemas preditivos que podem ter consequências significativas na vida das pessoas, seria mais adequada.

Além disso, uma das recomendações dos grupos é o desenvolvimento de estratégias práticas e concretas, a começar por temas cuja resolução pareça relativamente "simples". A ideia é selecionar um tema específico como ponto de partida para experimentar e desenvolver metodologias de análise e propostas de políticas públicas. O foco é o desenho de um método que possa ser multiplicado. A sugestão é que se escolha pelo menos um segmento que permita um desenvolvimento comum, onde é possível experimentar todas as etapas e que permita chegar a um resultado. Além da análise, é preciso ter um componente propositivo.

Em relação aos espaços multissetoriais, a ideia é elaborar um conjunto de demandas e questionamentos. Os eixos principais seriam a garantia da participação efetiva, incluindo aí a participação híbrida; a diversidade na coordenação dos espaços das Nações Unidas; a amplificação das vozes de comunidades marginalizadas e a responsabilização pela implementação das medidas.

O futuro da governança da IA exige atores e instituições que monitorem ativamente os compromissos assumidos, garantam a participação social e baseiem suas decisões em evidências. A proteção dos direitos humanos deve ser o pilar desses mecanismos.

Para que esse futuro se concretize, é fundamental fortalecer os espaços de participação social nas discussões das agendas digitais. Enquanto sociedade civil, também podemos propor uma mudança de abordagem, focando nossa incidência em áreas específicas, por exemplo, o uso da IA na educação ou o uso da IA na saúde. A leitura compartilhada é de que com essa estratégia poderíamos obter vitórias mais concretas.



4. POR UMA AGENDA COMUM EM IA

Se as regras são inventadas, é possível recriá-las ou inventar outras. Com esse espírito, os grupos de discussão exploraram princípios, estratégias e caminhos para construir uma agenda comum sobre inteligência artificial na América Latina.

Nas seções seguintes, apresentamos um panorama das discussões em grupos aliadas às discussões das mesas “Construyendo estrategias desde academia y sociedad civil en América Latina” e “Construcción de agenda y redes, lecciones aprendidas desde otras experiencias”.

4.1 - DESAFIOS E LIÇÕES DA ATUAÇÃO COLETIVA

Desafios para a atuação coletiva

Neste quadro, elencamos os desafios de atuar coletivamente, enquanto sociedade civil latinoamericana.

Incidência global

- Barrar o avanço e naturalização de tecnologias racistas, machistas, xenofóbicas e LGBTIfóbicas;
- Banir a captura de dados psíquicos e emocionais pelos sistemas algorítmicos.

Políticas regionais

- Estabelecer parâmetros comuns para atuação, sem abandonar a diversidade dos países latino-americanos;
- Articular e construir uma infraestrutura regional de tecnologia.

Construção de alternativas

- Passar do diagnóstico para a construção de alternativas concretas;
- Produzir tecnologias latino-americanas que também agreguem valor às economias da região e não sejam apenas commodities.

Articulação e mobilização

- Transversalizar as escalas de atuação do micro para o macro;
- Construir alianças com sindicatos e organizações de trabalhadores;

Avaliação e monitoramento

- Medir o impacto da atuação em rede.

Governança, trabalho e alternativas

Diversificar nossas formas de atuação foi a mensagem principal das duas últimas mesas do encontro. As conversas partiram das seguintes questões: 1) Que estratégias de colaboração e cooperação merecem ser exploradas entre academia e sociedade civil para o avanço da agenda? 2) Quais estratégias as redes têm utilizado e que lições aprenderam? 3) E que desafios e oportunidades surgem desses espaços de colaboração?

Sofia Scasserra, pesquisadora associada da Universidad Nacional Tres de Febrero (UNTREF), apresentou uma perspectiva de ação em três frentes. A primeira foi governança, ressaltando a importância de mapearmos os espaços de incidência para além dos fóruns que tratam diretamente de tecnologia. Um exemplo tangível é a atuação em espaços ligados aos acordos

e tratados comerciais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), e espaços onde são discutidas as questões ambientais, como a Conferência das Partes das Nações Unidas (COP). Embora não abordem diretamente a inteligência artificial, as discussões nesses espaços têm impacto significativo sobre as empresas de tecnologia.

A segunda frente de ação trata do trabalho e da importância da articulação de alianças com os sindicatos e organizações de trabalhadores, que estão há muito tempo enfrentando o poder gigantesco de corporações e colecionando conquistas importantes. Em tempos de gestão algorítmica do trabalho, a construção de alianças com trabalhadores se torna ainda mais importante.

Por fim, a construção de alternativas e soluções concretas para as críticas apresentadas é fundamental. Recuperar a capacidade de imaginar e vislumbrar outras possibilidades de sociedade faz parte do nosso papel como pesquisadores e ativistas comprometidos com transformações sociais. Uma das alternativas sugeridas foi a criação de uma infraestrutura tecnológica regional que seja mais resiliente às volatilidades democráticas nos países da América Latina. Também foi mencionada a importância de produzir tecnologias regionais que agreguem valor às economias locais, promovendo independência e sustentabilidade para a região.

Territórios e temporalidades

Gilberto Vieira, pesquisador e fundador do [data_labe](#), destacou a importância de pensarmos a partir do chão que pisamos e dos territórios que circulamos. Ele partiu do diagnóstico de que as perspectivas globais e globalizantes não dão conta das catástrofes que estamos vivendo. As tecnologias que são produzidas pelo Norte Global chegam aos territórios periféricos para perpetuar genocídios e desigualdades, a exemplo das tecnologias de reconhecimento facial com vieses racistas e transfóbicos. Ele nos desafiou a pensar de que forma nossas práticas “menores”, da micropolítica, fincada nos territórios, podem inspirar nossas atuações como um todo.

Fernanda Bruno, fundadora do [MediaLab.UFRJ](#), da [LAVITS](#) e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordou a inteligência artificial a partir de três dimensões. A primeira foi a dimensão da temporalidade: as IAs operam o sequestro do futuro. Isso se dá pelo fato dos sistemas algorítmicos trabalharem com previsões performativas. Dessa forma, os imaginários criados em torno da IA nos levam a um exercício contínuo de futurologia, nos distraindo do presente. Assim, uma primeira estratégia para lidar com o avanço das IAs hegemônicas sobre as nossas vidas seria insistir na densidade de uma experiência do presente, a fim de abrir horizontes. É no presente que estamos, pensamos, vivemos e morreremos.

A segunda dimensão se refere à escala da atuação. Como fazemos o trânsito entre as escalas local-nacional-regional-global? Mais uma vez, refletir a partir do chão que pisamos e ocupamos nos ajuda na tarefa de conectar as diferentes escalas.

Por fim, a terceira dimensão diz respeito à concretude das ações, assim como colocado por Scasserra: como fazemos a passagem do diagnóstico para a ação e construção das alternativas? Uma das tarefas que nos compete é imaginar e desenhar IAs não hegemônicas voltadas para os desafios locais, pautadas por princípios éticos e pelo respeito aos direitos dos seres vivos.

Reconhecimento facial e segurança pública

Os desafios da atuação em rede também foram tema de discussão. O [Panóptico](#), projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) que monitora o uso de novas tecnologias

na segurança pública, foi uma das experiências apresentadas. Pablo Nunes, sociólogo e coordenador do projeto, explicou que a iniciativa surgiu como uma forma de lidar com as urgências no campo da segurança no Brasil. O pilar central do Panóptico é a geração cidadã de dados, capaz de produzir evidências e informações que não são devidamente fornecidas pelo poder público.

Outra experiência foi a criação do Observatório da Intervenção¹¹, uma rede formada por entidades apoiadoras, conselho de ativistas e organizações que trabalhavam na coleta de informações. Episódios anteriores desse tipo de ação do Estado demonstraram que há um aumento significativo das violações de direitos humanos. Por meio dos dados levantados pelo Observatório, o estado do Rio de Janeiro passou a ter indicadores que mostravam a quantidade de operações policiais que estavam em curso, os seus efeitos e os recursos utilizados, informações inéditas até então.

Essa experiência deu origem a outra: a Rede de Observatórios de Segurança, formada por nove organizações, de nove estados diferentes do país. A rede surgiu durante o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022), quando o uso de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública explodiu no Brasil. Um dos desafios colocados era monitorar de perto esse crescimento nas diferentes regiões de um país de dimensões continentais, daí a criação do Observatório, que permitia a coleta de dados aliada à compreensão das dinâmicas locais. Por conta dessa rede, foi possível identificar a primeira prisão com uso de reconhecimento facial no país, que foi em Salvador (Bahia), no carnaval de 2019.

No Brasil, a pauta do reconhecimento facial tem sido encampada pela extrema-direita, o que adiciona uma camada a mais de complexidade. Isso acontece, principalmente, porque quando o debate relacionado à segurança pública é dominado por ideais de extrema-direita, observamos a prevalência de políticas públicas punitivistas. Nesse contexto, as tecnologias de reconhecimento facial se tornam adequadas, uma vez que alimentam a sanha punitivista, mesmo oferecendo um instrumento de vigilância e controle social que se alinha aos interesses autoritários.

Além disso, pela Constituição brasileira, os municípios não têm atribuições sobre a segurança pública. No entanto, por meio do uso das novas tecnologias, o poder público municipal tem avançado cada vez mais sobre essa pauta, criando cidades hipervigiadas.

Uma estratégia que vem sendo utilizada, com sucesso, para denunciar e propor outros caminhos para a segurança pública no Brasil é contar histórias. Em parceria com mídias independentes, o Panóptico tem feito reportagens sobre os problemas das tecnologias de vigilância e o avanço do reconhecimento facial para outras áreas, como o lazer, o esporte e a cultura.

Princípios feministas e comunicação

Verônica Ferrari, coordenadora de Incidência Política Global da Association for Progressive Communications (APC), também destacou a centralidade da comunicação enquanto estratégia para a atuação em rede. Contar histórias e fazer campanhas têm sido formas eficientes de apoiar o trabalho de incidência política da APC, rede formada por 70 organizações de 79 países.

(11) O estado do Rio de Janeiro (Brasil) esteve sob intervenção federal na segurança pública durante 10 meses, entre fevereiro e dezembro de 2018. Em resumo, isso significa dizer que a segurança pública do Rio, que é constitucionalmente de responsabilidade das polícias estaduais, passou temporariamente para as mãos das Forças Armadas, ou seja, foi concedido o poder de polícia às Forças Armadas.

Ela apresentou o trabalho pioneiro que vem sendo feito de integrar a perspectiva de gênero ao debate das tecnologias nas mais diversas frentes, envolvendo as discussões sobre desinformação, cibercrimes, segurança digital, violência facilitada pelas tecnologias, entre outras. Esse trabalho pode ser visto na plataforma GenderIT, que reúne reflexões e projetos acerca do tema.

A diversidade de entidades constitui, ao mesmo tempo, a força e o desafio da rede. Construir agendas em comum acaba se tornando um desafio enorme quando as realidades locais são tão díspares, ainda que existam similaridades.

Entre as experiências citadas estão a elaboração dos Princípios Feministas para Internet, cuja primeira versão foi rascunhada em 2014 em um encontro global de ativistas. A versão final foi publicada dois anos depois, em 2016, após uma série de workshops, eventos e consultas feitas a ativistas de diversos países. Desde então, esses princípios vêm orientando o trabalho da APC.

Outro aspecto abordado foi a incidência política baseada em pesquisas aprofundadas sobre os temas. Entre os exemplos, estão a pesquisa Placing “Gender” in Disinformation, que traz uma perspectiva feminista para o trabalho em torno de desinformação, e When protection becomes an excuse for criminalisation: Gender considerations on cybercrime frameworks, que busca compreender as intersecções entre gênero e cibercrime, observando como as leis nacionais de cibercrime têm sido utilizadas para silenciar e criminalizar mulheres e pessoas LGBTQIA+ em diversos países. Ambas as pesquisas foram incorporadas em estratégias de incidência política e trazem propostas concretas para percorrer esse caminho.

Um dos desafios apontados está no monitoramento e mensuração do impacto da rede. Que ferramentas são necessárias para essa medição? Quais os indicadores adequados? A articulação de diferentes agentes, o impacto em decisões tomadas por organismos internacionais, bem como as consultas e incidências feitas junto às relatorias desses organismos foram apontados como possíveis indicadores de impacto.

Sustentabilidade política e equilíbrio de poder

Outro desafio levantado é criar as condições necessárias para que a diversidade de vozes esteja contemplada nos posicionamentos da rede. Laura Giannecchini, coordenadora de Desenvolvimento Institucional da Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação (Clade), também compartilha desse desafio. Na Clade, os posicionamentos são construídos coletivamente por meio de cartas temáticas e a incidência é transversal, com atuações nos âmbitos locais, nacionais, regionais e globais.

O planejamento com flexibilidade foi outro ponto colocado. O planejamento da rede leva em consideração a leitura do contexto, o mapeamento de atores, espaços e poder, a definição de propostas claras de mudança e a definição de estratégias e cronogramas. No entanto, ela reforçou que é preciso ter atenção às janelas de oportunidade política e desenvolver capacidades de reação e adaptação para responder às demandas da conjuntura.

Nesse contexto, a comunicação é estratégica tanto para a organização interna da rede quanto para a construção das diferentes mensagens necessárias para a incidência política, nos âmbitos e nos tempos adequados. Isso foi fundamental para a manutenção da rede, pois contribuiu para o fortalecimento dos laços políticos e cria o senso de pertencimento. Mesmo em momentos onde a sustentabilidade financeira estava comprometida, a solidez dos laços políticos sustentaram a rede.

Para Erick Huerta, fundador e coordenador geral da REDES AC, o trabalho de incidência consiste em estabelecer normas de equilíbrio de poder. A REDES estabeleceu uma metodologia para esse trabalho, que consiste em localizar os atores, definir sua posição de poder e verificar quais são aqueles que estão identificados com a posição definida.

Para regular, é preciso compreender quem regula e, a partir daí, definir as estratégias, ações e instituições que darão acesso aos elementos necessários para que a regulação ocorra. Assim como as demais redes apresentadas, a pesquisa, especialmente a pesquisa-ação, foi mencionada como fundamental para o trabalho da incidência política.

4.2 - PRINCÍPIOS PARA UMA IA VOLTADA PARA O BEM COMUM

O que precisamos para fomentar a construção de IAs não hegemônicas? A quais princípios essas IAs devem obedecer? Quais debates precisam ser feitos previamente para definir a utilização ou não de sistemas de inteligência artificial? Essas são algumas das questões que fomentam o debate sobre IA por uma perspectiva pautada na defesa dos direitos humanos e que foram exploradas pelos grupos de trabalho ao longo do evento.

Abaixo, dividimos a discussão em três partes: na primeira, são apresentadas as questões prévias que permeiam a inteligência artificial e as tecnologias hegemônicas de forma geral. Em seguida, apresentamos os valores inegociáveis aos quais o desenvolvimento e implementação de sistemas de inteligência artificial responsáveis devem ser submetidos. Por fim, apresentamos os princípios elencados pelos participantes para uma inteligência artificial voltada para o bem comum.

4.2.1 - Debates de fundo

Imaginários e Cosmovisões sobre a IA	Diversidade e inclusão	Articulação e mobilização social	Fortalecimento da autonomia
<ul style="list-style-type: none"> • Como fazer emergir outras cosmovisões? • Como combater os tecnosolucionismos? • Como construir outros imaginários sobre a IA? • Como impedir novos extrativismos? • Como criar IAs que não sejam devastadoras? E como diagnosticar a devastação? 	<ul style="list-style-type: none"> • Como fazer emergir as IAs não hegemônicas que já existem, mas não têm espaço? • Como formar e reconhecer novos atores e atrizes no desenvolvimento de IA? • Como identificar a IA na vida cotidiana? 	<ul style="list-style-type: none"> • Como fazer debates que pautem a transformação social de base, não apenas envolvendo a tecnologia? • Como promover a participação de comunidades em espaços de decisão? • Que multissetorialismo é esse? E de que forma conseguimos apoiar a participação nesses espaços? • Como construir diagnósticos participativos junto às diferentes comunidades e territórios? • Como considerar as necessidades locais e dos territórios nos projetos? • Como criar pontes e mobilizar segmentos marginalizados/desumanizados sobre os riscos e problemas da IA? 	<ul style="list-style-type: none"> • Como pautar as tecnologias e direitos digitais fora das nossas bolhas? • Como pautar isso no cenário da América Latina, considerando problemas como fome, falta de saneamento básico, violência policial, desemprego? • Como distribuir melhor os recursos financeiros para as comunidades e organizações? • Como fortalecer uma educação/letramento/literacia digital não antropocêntrica, não extrativista, balizada pelos direitos outros-que-humanos? • Como manter vivas as infraestruturas livres (rádios, servidores, softwares livres, etc.) e como abrir esse debate para além das comunidades do software livre?

4.2.2 - Valores inegociáveis

Democracia	Ética	Autonomia e justiça socioambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Valores democráticos • Direitos humanos • Justiça • Diversidade e Inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> • Ética • Beneficência • Não maleficência • Transparência 	<ul style="list-style-type: none"> • Prosperidade e bem-estar dos seres vivos, do meio ambiente e dos ecossistemas • Respeito à autonomia e à soberania dos territórios

4.2.3 - Princípios

Ética e responsabilidade no uso da IA	Governança e transparência	Desenho e implementação de modelos alternativos de IA
<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão e responsabilidade humana; • Desenvolvimento econômico não pode justificar a implementação de IA; • IA precisa se desenvolver a partir de um trabalho digno; • Preservação do direito à intimidade e à privacidade; • Precaução; • Proporcionalidade; • Legalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência dos processos e do uso de dados, incluindo dados para treinamento e desenvolvimento da IA; • Direito de contestação e recusa ao uso da IA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios feministas, com tecnologias orientadas pelo propósito social e que questionem as hierarquias de poder; • IAs não antropocêntricas; • O uso da IA deve estar condicionado aos limites do planeta; • Diversidade de gênero, raça, etnia, linguística e de origem no desenho e produção das IAs; • A IA deve promover a justiça socioambiental, racial e de gênero; • Promoção de tecnologias locais; • Não são recomendados financiamentos de big techs para o desenvolvimento de IAs para o bem comum.

4.3 - CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DESDE A AMÉRICA LATINA

Mais do que sistematizar respostas, sistematizamos as principais perguntas que rondam os debates sobre a inteligência artificial na América Latina. Essas indagações devem ser feitas às empresas, aos tomadores de decisões e a nós mesmos, quando assumimos a tarefa de criar ou prototipar tecnologias voltadas para o bem comum.

Ao longo de todo evento, foram mencionadas iniciativas e projetos que estão em curso no Sul Global. Algumas com o objetivo de denunciar os abusos e violações de direitos facilitados pelas tecnologias, outras para monitorar e acompanhar de perto a implementação de sistemas de inteligência artificial pelo poder público, e também aquelas que buscam visibilizar e promover diálogos sobre tecnologias a partir de perspectivas alternativas às hegemônicas.

Sem esgotar a lista de ações, vale destacar aqui alguns dos exemplos concretos de cooperação entre a academia e a sociedade civil. Entre eles, estão o curso Descomplicando IA, realizado pelo data_labe, que promoveu formações sobre inteligência artificial com jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro; e a campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira, que articula ações voltadas para o banimento do reconhecimento facial na segurança pública. Ambas são fruto da “política do menor”, construída a partir dos territórios.

Ainda nessa linha, o Observatório da Intervenção e a Rede de Observatórios de Segurança Pública, iniciativas do CESeC, também compõem o rol de projetos articulados coletivamente entre organizações, pesquisadores, ativistas e comunidades. Outro exemplo é a Plataforma XYZ, iniciativa do MediaLab UFRJ em parceria com outras organizações da sociedade civil, que documenta histórias de conflitos territoriais e a violência do Estado perpetrada contra territórios periféricos da cidade do Rio de Janeiro. É uma experiência que reúne ciência de dados, informações governamentais, investigação de campo e técnicas de arquitetura forense para contar histórias a partir das dimensões estética, política e informacional da evidência.

No campo da pesquisa, além das já mencionadas neste documento, temos também a Economia Psíquica dos Algoritmos, que entre outras ações, elaborou uma linha do tempo mapeando diferentes casos e iniciativas que evidenciam o crescente interesse em capturar, analisar e direcionar dados sobre nossas personalidades, estados emocionais, vieses cognitivos e vulnerabilidades comportamentais.

A <A+> Aliança para Algoritmos Inclusivos e a Feminist AI Research Network (f<a+i>r), formadas por pesquisadoras e ativistas também são exemplos de atuação que já estão produzindo alternativas a partir das perspectivas do Sul Global. O futuro que acreditamos já está sendo prototipado.

Todavia, para construir alternativas, é preciso ter financiamento. Atualmente, os recursos financeiros que sustentam essas iniciativas estão concentrados na filantropia, majoritariamente do Norte Global. Dada a concentração, a busca por recursos acaba se tornando alvo de competição entre os atores da sociedade civil e acadêmica.

Nesse sentido, uma medida essencial para a construção de outras espécies tecnológicas é pressionar por mais diversidade no âmbito dos financiamentos. A diversidade deve vir acompanhada de outra temporalidade, ou seja, financiamentos pensados em termos geracionais com 10, 15 ou até 20 anos de duração. Dessa forma, seria possível impulsionar transformações sociais sólidas e duradouras, não só no campo da tecnologia.

A seguir, listamos mais estratégias e propostas que surgiram durante o encontro.

4.3.1 - Estratégias e propostas para o futuro

Estratégias e propostas

Neste quadro, estão organizadas as propostas que surgiram no encontro para a construção de alternativas no campo das tecnologias para a América Latina.

Articulação e mobilização

- Criar e fortalecer coalizões que busquem promover diversidades e apoiar coletividades em espaços de decisão pouco acolhedores;
- Fortalecer plataformas de troca de conhecimento entre organizações da sociedade civil;
- Fomentar o trabalho colaborativo em redes mais orgânicas;
- Mapear os interesses dos diferentes atores envolvidos na IA e construir alianças estratégicas.

Avaliação e monitoramento

- Elaborar um modelo para o processo de acompanhamento e implementação do Pacto Global e desenvolver uma proposta conjunta para os mecanismos de monitoramento e avaliação.

Capacitação e formação

- Fomentar a reflexão e criação de outras espécies de IA, outras espécies tecnológicas;
- Criar processos de aprendizado contínuo com as comunidades que projetam ferramentas tecnológicas a partir dos problemas urgentes que vivem;
- Desenvolvimento de cursos e materiais de capacitação para fortalecer articulações entre organizações da sociedade civil.

Comunicação

- Realização de um Fórum Social Mundial Tech, reunindo a diversidade de perspectivas em torno do tema e sem a presença de big techs;
- Elaboração de estratégias coletivas de comunicação;
- Produção de cartas temáticas, com mensagens comuns a partir do que as organizações já têm de acúmulo sobre a pauta.

Incidência

- Apostar mais em estratégias de litigância através do sistema interamericano;
- Elaborar uma agenda de prioridades para a atuação política, incluindo os limites sobre o que não consideramos aceitável para a IA;
- Elaborar princípios, a partir do que já temos, para o uso e desenvolvimento de IA na América Latina aos moldes dos 13 princípios.

Pesquisa

- Criação de um Observatório da IA na América Latina, com recursos para pesquisa;
- Investir em estratégias de pesquisa que envolvam incubadoras; grupos acadêmicos ativistas; educomunicação; centros de investigação popular; e grupos interdisciplinares na América Latina;
- “Follow The AI Money”: produzir investigações sobre os recursos que financiam a criação de IAs hegemônicas.

Financiamentos

- Constituição do Fundo Latino-americano para o desenvolvimento de IA responsável, gerido de forma participativa, que fomente projetos de IAs alternativas.

Onde começamos?

Como é possível perceber, as propostas aqui indicadas abrangem um grande leque de ações. Todas são importantes e requerem algum grau de urgência em sua realização, dada a velocidade com que os processos de desenvolvimento e implementação da IA têm se dado. No entanto, a pergunta que se coloca é: por onde começar? Durante o encontro, não houve tempo hábil para a definição das próximas ações, mas gostaríamos de sugerir um caminho, pautado pela ideia do que é possível fazermos agora ou que já tenhamos iniciado em algum nível.

Os primeiros passos podem ser aqueles que contribuem para a organização, articulação e planejamento das ações. Assim, algumas propostas nos parecem mais adequadas para este momento. A primeira seria mapear os interesses dos diferentes atores envolvidos na IA, com o objetivo de construir alianças estratégicas nos espaços onde as organizações estão presentes. Esse trabalho, de certa forma, já é realizado pela sociedade civil, ainda que de forma não sistematizada e coletivizada.

No capítulo sobre governança e regulação da IA, foi possível notar que a agenda sobre inteligência artificial em debate nos fóruns multissetoriais é imensa. Ao mesmo tempo em que é necessário mapear os atores e interesses, é também fundamental elaborar uma agenda comum de prioridades para a atuação política. Essa agenda funcionaria como um guia, que incluiria ainda os limites sobre o que não consideramos aceitável para a IA. Com essas duas ações, seria possível realizar uma terceira, que está conectada a ambas: criar e fortalecer coalizões que busquem promover diversidades e apoiar coletividades em espaços de decisão pouco acolhedores.

Além das ações até aqui mencionadas, é importante voltarmos o olhar para a construção concreta de alternativas às IAs hegemônicas, envolvendo ações de comunicação, formação e pesquisa. Entre as ações elencadas, aquelas que nos parecem já fazer parte do trabalho desempenhado pelas organizações são a criação de processos de aprendizado contínuo com as comunidades que projetam ferramentas tecnológicas a partir dos problemas urgentes que vivem; a elaboração de estratégias coletivas de comunicação; e as investigações “Follow The AI Money”, sobre os recursos que financiam a criação de IAs hegemônicas. Enquanto a primeira contribui para o fortalecimento das ações de incidência e articulação no campo progressista latino-americano, as duas últimas têm potencial de ampliar a mobilização para além das bolhas dos direitos digitais.

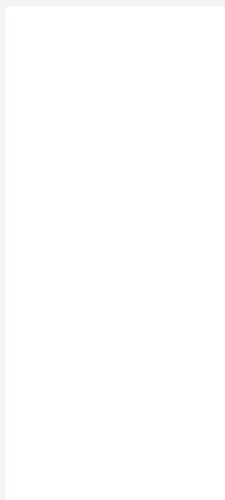
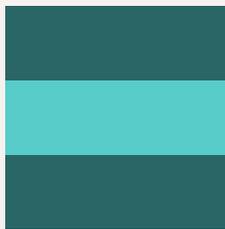
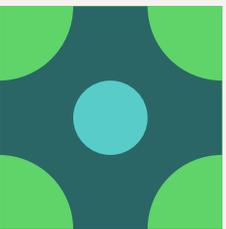
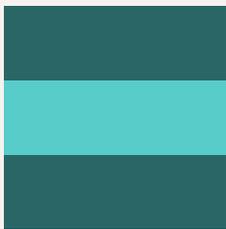
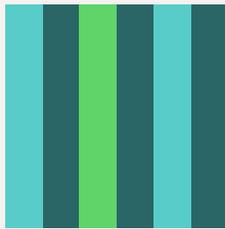
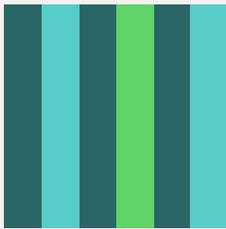
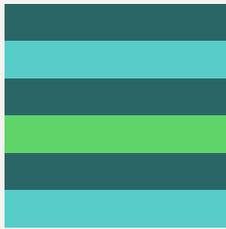
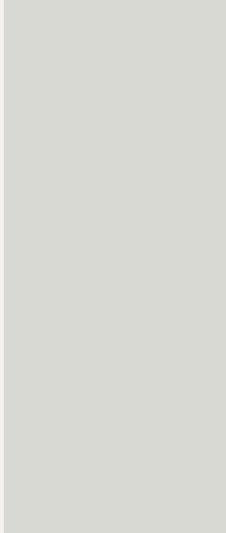
Por fim, vale mencionar que em 2025 será realizada a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), no Brasil. Dessa forma, teremos uma janela de oportunidades para debater os impactos socioambientais da indústria da tecnologia. A sociedade civil latino-americana tem se organizado para o evento e esse pode ser um momento oportuno para a realização do Fórum Social Mundial Tech, reunindo diversas perspectivas do Sul global sobre o tema.

O roteiro proposto é apenas um dos percursos possíveis. Não pretendemos, de forma alguma, engessar os caminhos, nem limitar as potencialidades que o universo de ações nos proporcionam.

4.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

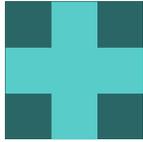
Este documento, por mais completo que busque ser, não esgota a complexidade do debate sobre a inteligência artificial. Esperamos que ele sirva como instrumento de consulta e ponto de partida para futuras discussões, com o objetivo de concretizarmos as diversas ações coletivamente pensadas.

Com tudo que foi exposto até aqui, fica evidente que a luta por tecnologias decoloniais, feministas, pautadas pela defesa dos direitos dos seres vivos e que estejam a serviço da transformação social segue mais viva e pulsante do que nunca. Reflorestar os imaginários sobre inteligência artificial e outras tecnologias é tarefa urgente e essencial para um planeta onde caibam muitos mundos. E não se encerra aqui.



ANEXO

DADOS DE PARTICIPANTES DO ESCRITÓRIO



Camilo Vargas Aguirre

Nome da organização que representa
Fundación Karisma

Breve perfil pessoal

Camilo é coordenador da área de Autonomia e Dignidade. É cientista político pela Universidade dos Andes e jornalista pela Universidade de Columbia. Trabalhou para as redes Univision e NPR nos EUA, como consultor do governo colombiano e foi o fundador de startups de tecnologia e dados com foco em direitos. Foi professor e é apaixonado por cinema e ficção científica.

Perfil institucional breve da organização que representa

Organização da sociedade civil que procura responder às ameaças e oportunidades que a “tecnologia para o desenvolvimento” representa ao exercício dos direitos humanos. Desenvolvemos nossas atividades a partir de perspectivas que promovem a liberdade de expressão e a equidade de gênero e social. Fundada em 2003, a Karisma se posiciona hoje como uma das principais organizações da sociedade civil latino-americana que trabalha na promoção dos direitos humanos no mundo digital.

Principais temas/áreas de interesse

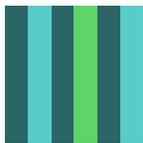
Governança de inteligência artificial, soberania tecnológica, políticas de dados.

Link da página na internet de sua organização

<https://web.karisma.org.co/>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @Karisma



Carolina Batista Israel

Nome da organização que representa

Tecnosfera Lab (UFPR)

Breve perfil pessoal

Professora do Departamento de Geografia e da Pós-graduação em Geografia da UFPR, onde coordena o Tecnosfera Lab, Laboratório de Pesquisas em Espaço, Tecnologia e Sociedade. Atualmente coordena o Núcleo do INCT Observatório das Metrôpoles de Curitiba, integra o Núcleo de Coordenação da Rede de Pesquisa em Governança da Internet e o Conselho Consultivo da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits).

Perfil institucional breve da organização que representa

Sediado na Universidade Federal do Paraná, o Tecnosfera Lab abriga pesquisas que investigam as relações entre Espaço, Tecnologia e Sociedade (ETS). Parte de uma perspectiva que compreende o espaço geográfico como dimensão constitutiva das realidades sociotécnicas e como variante imprescindível para a compreensão e enfrentamento das assimetrias tecnopolíticas que perpassam o digital.

Principais temas/áreas de interesse

Tecnogeografias digitais; Desigualdades socioespaciais; Assimetrias de poder.



Dafna Feinholz Klip

Nome da organização que representa

Unesco

Breve perfil pessoal

Dafna Feinholz Klip é doutora em Investigação em Psicologia e mestre em Bioética (Universidade Complutense de Madrid, Espanha). Foi representante do México nas reuniões do Comitê Intergovernamental de especialistas encarregados de elaborar a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Desde setembro de 2009 é chefe da Seção de Bioética. Nessa função, orienta a reflexão global sobre Ética à frente do Comitê Internacional de Bioética (IBC) e da Comissão Mundial de Ética da Ciência. (COMEST), e apoia os países a desenvolver e fortalecer as suas capacidades humanas e institucionais em questões de Bioética e Ética da ciência. Desempenhou um papel de liderança na revisão da Recomendação da Unesco sobre Ciência e Pesquisadores Científicos, bem como liderou o processo de elaboração e adoção da Declaração de princípios éticos sobre mudanças climáticas, a Recomendação sobre a Ética da IA

Perfil institucional breve da organização que representa

A Unesco é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. É uma instituição que contribui para a paz e a segurança, promovendo a cooperação internacional em educação, ciência, cultura, comunicação e informação. Também incentiva a troca de conhecimentos e o livre fluxo de ideias para acelerar a compreensão mútua e um conhecimento mais completo da vida de cada um. Com os seus diversos programas, contribui para a concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos na agenda 2030, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015. Tem um mandato único há mais de 30 anos no tema da bioética e da ética da ciência. e produziu os únicos instrumentos normativos globais sobre esta matéria.

Principais temas/áreas de interesse

Bioética, ética da Ciência e Tecnologia, Gênero/Sociedade Civil.

Link da página na internet de sua organização

<https://www.unesco.org/fr>



Debora Pio

Nome da organização que representa

MediaLab.UFRJ

Breve perfil pessoal

Debora Pio é mãe, doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do MediaLab.UFRJ, membra da Rede Lavits, integrante do Coletivo Casa de Aya, ativista e entusiasta do banimento do reconhecimento facial.

Perfil institucional breve da organização que representa

O MediaLab.UFRJ é um laboratório experimental e transdisciplinar sediado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas pesquisas voltam-se para os cruzamentos entre tecnopolíticas, subjetividades e visibilidades. O laboratório explora, ainda, métodos digitais de análise e visualização de dados no campo das humanidades. A experimentação de diferentes linguagens, metodologias e perspectivas conceituais na produção e na divulgação das nossas pesquisas busca tornar o laboratório permeável às urgências políticas e sociais do presente

Principais temas/áreas de interesse

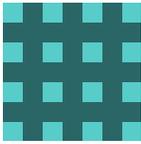
Reconhecimento facial, tecnopolíticas, racismo algorítmico.

Link da página na internet de sua organização

<https://medialabufrj.net/>

Redes sociais pessoais ou da organização

Instagram: @medialabufrj



Enrique Chaparro

Nome da organização que representa

Fundación Vía Libre

Breve perfil pessoal

Enrique Chaparro é matemático de formação (FCEN UBA, Waterloo, Royal Holloway) e especialista em segurança da informação por profissão há mais anos do que gostaria de lembrar. Aconselhou organizações multilaterais, entidades governamentais e organizações do setor privado. O seu interesse no campo da intersecção entre direitos fundamentais e tecnologias digitais levou-o a investigar, trabalhar, escrever e partilhar conhecimento sobre as correlações entre segurança e privacidade em sistemas sociotécnicos, seus contextos políticos, quadros regulatórios e abordagens empíricas. Seu atual campo de investigação e reflexão concentra-se em sistemas de aprendizado de máquina. Ex-presidente e atual secretário do conselho de administração da Fundação Vía Libre.

Perfil institucional breve da organização que representa

A Fundação Vía Libre é uma organização civil sem fins lucrativos fundada na cidade de Córdoba, Argentina, em 2000. Inicialmente focada em políticas públicas de Software Livre para difusão do conhecimento e desenvolvimento sustentável, a Fundação orientou sua missão para questões mais amplas de direitos sociais, econômicos e culturais e de direitos civis e políticos em ambientes mediados por tecnologias digitais. A nossa missão é promover e defender os direitos fundamentais em ambientes mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, com especial ênfase no acompanhamento e desenvolvimento de políticas públicas, na sensibilização da população para os temas da nossa agenda, na capacitação e na promoção de debates sobre questões ligadas às tecnologias que impactam o exercício dos Direitos Humanos.

Principais temas/áreas de interesse

Segurança da informação, privacidade, inteligência artificial.

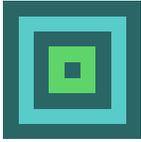
Link da página na internet de sua organização

<https://vialibre.org.ar>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @fvialibre

<https://www.youtube.com/channel/UCGLGjejhwZfIQtaCb4RSHLQ>



Erick Huerta Velázquez

Nome da organização que representa

Redes por la Diversidad, Equidad y Sustentabilidad AC

Breve perfil pessoal

Coordenador Geral da REDES AC, há mais de 20 anos acompanha organizações do movimento de comunicação indígena em questões regulatórias. Desenhou a estratégia legal de acesso ao espectro para a primeira rede de telefonia celular dos povos indígenas, é especialista da UIT para temas de telecomunicações em zonas apartadas e povos indígenas e membro do Global Reference Group da DW Academy.

Perfil institucional breve da organização que representa

Construímos redes de colaboração entre pessoas, comunidades, organizações e territórios em torno da comunicação comunitária e indígena. Conta com três áreas principais, conteúdos próprios, autonomia tecnológica e incidência política.

Principais temas/áreas de interesse

Povos indígenas e comunicação, redes comunitárias, soberania de dados

Link da página na internet de sua organização

<https://redesac.org.mx/que-hacemos/>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @erickenredes

Facebook: REDES A.C.

X: @redesac_mx

Instagram: redesacmx

Tik Tok: redesacmx



Fernanda Bruno

Nome da organização que representa

Rede Latino-americana de estudos em vigilância, tecnologia e sociedade/LAVITS e MediaLab.UFRJ

Breve perfil pessoal

Fernanda Bruno é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura e do Instituto de Psicologia da UFRJ. É coordenadora do MediaLab.UFRJ, pesquisadora do CNPq e membro-fundadora da Rede latino-americana de estudos em vigilância, tecnologia e sociedade/LAVITS.

Perfil institucional breve da organização que representa

LAVITS: A Rede Lavits tem como objetivo principal ser um meio de intercâmbio entre pesquisadores, ativistas e artistas latino-americanos interessados nas conexões entre vigilância, tecnologia e sociedade. A atenção da rede se direciona especialmente aos interesses em pesquisa e ação social para as relações mais abrangentes entre tecnologias digitais, tecnopolíticas e as singularidades das sociedades brasileira e latino-americana. MEDIALAB. UFRJ: O MediaLab.UFRJ é um laboratório experimental e transdisciplinar sediado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas pesquisas voltam-se para os cruzamentos entre tecnopolíticas, subjetividades e visibilidades. O laboratório explora, ainda, métodos digitais de análise e visualização de dados no campo das humanidades. A experimentação de diferentes linguagens, metodologias e perspectivas conceituais na produção e na divulgação das nossas pesquisas busca tornar o laboratório permeável às urgências políticas e sociais do presente.

Principais temas/áreas de interesse

Tecnopolítica, subjetividade, vigilância.

Link da página na internet de sua organização

lavits.org

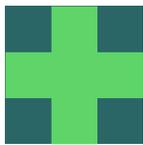
medialabufrj.net

Redes sociais pessoais ou da organização

Instagram: @febr

Instagram: @rede_lavits

Instagram: @medialabufrj



Gilberto Vieira

Nome da organização que representa

data_labe

Breve perfil pessoal

É co-fundador do data_labe, uma organização que levanta e divulga dados de forma cidadã e participativa sobre favelas e periferias brasileiras. É também pesquisador associado do Jararaca, um grupo de pesquisa em tecnopolíticas urbanas. Gilberto é gestor e produtor de ações e organizações coletivas desde 2008. É doutorando em Gestão Urbana na PUC Paraná e pesquisa a centralidade das periferias urbanas na era da colonialidade dos dados.

Perfil institucional breve da organização que representa

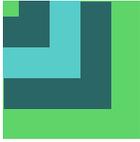
O data_labe é uma organização nascida nas favelas com o objetivo de descomplicar a cultura de dados e os direitos digitais, tornando-os ferramentas acessíveis para promover a justiça social. Atuamos em três frentes principais: pesquisas, formações de lideranças comunitárias e estratégias de comunicação que democratizam o acesso e o compartilhamento de dados. Nossas iniciativas são guiadas por uma abordagem que considera raça, gênero e território como eixos centrais. Além de colaborar com moradores de favelas na construção de suas próprias narrativas, promovemos projetos comunitários sobre o uso consciente da internet e segurança digital. As metodologias participativas do data_labe impulsionam a ciência cidadã e influenciam políticas públicas, fortalecendo o protagonismo das periferias no debate democrático.

Principais temas/áreas de interesse

Dados, ativismo, favelas.

Link da página na internet de sua organização

<https://datalabe.org/>



Gloria Guerrero

Nome da organização que representa

Iniciativa Latino-Americana pelos Dados Abertos ILDA

Breve perfil pessoal

Gloria é formada em Relações Internacionais pelo Tecnológico de Monterrey e mestre em Políticas Públicas pela Hertie School of Governance, em Berlim, Alemanha. Seu trabalho se concentra na intersecção de dados, tecnologia e direitos humanos. Nos últimos 10 anos liderou projetos de digitalização, governo aberto e inovação, bem como iniciativas para promover a participação e defesa do espaço cívico. Desde abril de 2023, é Diretora Executiva da Iniciativa Latino-Americana pelos Dados Abertos (ILDA); organização na qual promove vínculos, conhecimentos e comunidades para contribuir para o desenvolvimento inclusivo da América Latina. É também coordenadora da rede Data for Development, D4D, uma aliança de organizações de pesquisa do Sul Global, para mobilizar conhecimento sobre o uso de dados e tecnologias.

Perfil institucional breve da organização que representa

A Iniciativa Latino-Americana pelos Dados Abertos (ILDA), uma organização internacional que trabalha com governos e organizações da sociedade civil para pesquisar e promover mudanças nas políticas públicas na intersecção de dados, tecnologia e direitos humanos, promovendo o uso ético de dados, refletindo as particularidades, problemas e realidades contextuais da América Latina.

Principais temas/áreas de interesse

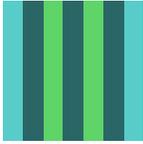
Dados, Inteligência Artificial, Desenvolvimento.

Link da página na internet de sua organização

<https://idatosabiertos.org/>

Redes sociais pessoais ou da organização

Instagram: @ildalatam



Gyssele Mendes

Nome da organização que representa

MediaLab.UFRJ

Breve perfil pessoal

Gyssele Mendes é ativista e jornalista, graduada em Estudos de Mídia e mestra em Comunicação, ambos pela Universidade Federal Fluminense. É doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde investiga temas relacionados à ansiedade algorítmica e suas conexões com o universo do trabalho em plataformas. Foi co-coordenadora da série de pesquisas Vozes Silenciadas e Relatório Direto à Comunicação no Brasil. Atualmente, é pesquisadora do MediaLab.UFRJ e faz parte do Intervozes, onde é co-coordenadora do projeto "Resistance and Resilience: collaborative responses to online attacks on environmental defenders" [Resistência e resiliência: respostas colaborativas à ataques online e defensores ambientais].

Perfil institucional breve da organização que representa

O MediaLab.UFRJ é um laboratório experimental e transdisciplinar sediado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fundado em 2012, suas pesquisas voltam-se para os cruzamentos entre tecnopolíticas, subjetividades e visibilidades. O laboratório explora, ainda, métodos digitais de análise e visualização de dados no campo das humanidades. A experimentação de diferentes linguagens, metodologias e perspectivas conceituais na produção e na divulgação das nossas pesquisas busca tornar o laboratório permeável às urgências políticas e sociais do presente.

Principais temas/áreas de interesse

Tecnopolíticas, subjetividades e visibilidades.

Link da página na internet de sua organização

<https://medialabufrj.net/>

Redes sociais pessoais ou da organização

Instagram: @medialabufrj



Helena Suárez Val

Nome da organização que representa

Universidad Tecnológica del Uruguay y Datos Contra Femicidio

Breve perfil pessoal

Comunicadora social e pesquisadora com foco na geração de comunicações digitais e eventos culturais na área de direitos humanos e feminismo. Fundadora do femicidiouruguay.net e colíder do projeto internacional Datos contra o Femicidio. Professora Adjunta do Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Tecnológica (Utec) do Uruguai.

Perfil institucional breve da organização que representa

UTEC é a Universidade Tecnológica do Uruguai, uma proposta de ensino superior universitário público com perfil tecnológico, orientado para a pesquisa e inovação. Datos Contra el Femicidio [Datos Contra o Femicídio] é um projeto de pesquisa-ação que visa compreender, apoiar e sustentar as práticas existentes de ativistas que cuidam de dados de femicídio nos seus próprios contextos.

Principais temas/áreas de interesse

Humanidades digitais, direitos humanos, transformação digital.

Link da página na internet de sua organização

<https://utec.edu.uy>

<https://datoscontrafemicidio.net/>



Ivana Feldfeber

Nome da organização que representa

DataGénero

Breve perfil pessoal

Ivana Feldfeber é uma ativista e especialista em tecnologia e justiça de gênero, com ampla experiência no desenvolvimento de ferramentas digitais para a equidade e transparência em temas de violência de gênero. Como parte de DataGénero, Ivana trabalha na interseção entre a inteligência artificial, os direitos humanos e feminismo, fomentando metodologias de IA que respondem a princípios feministas e decoloniais. Com uma trajetória na criação de ferramentas como AymurAI, Ivana se dedica a transformar os sistemas judiciais e fortalecer a defesa dos direitos das pessoas afetadas pela violência de gênero na América Latina.

Perfil institucional breve da organização que representa

DataGénero é uma organização argentina dedicada à promoção da igualdade de gênero e justiça social por meio da tecnologia e da análise de dados. Com projetos pioneiros como AymurAI, DataGénero aplica uma perspectiva transfeminista e decolonial na criação de ferramentas que abordam a violência de gênero, a justiça aberta e a transparência nos sistemas judiciais. A organização é especializada na capacitação de governos, organizações e ativistas no uso de dados e metodologias feministas de inteligência artificial, buscando um impacto real em políticas públicas, defesa de direitos e empoderamento comunitário na Argentina e região.

Principais temas/áreas de interesse

Inteligencia Artificial Feminista, Justiça de Gênero, Feminismo de Dados.

Link da página na internet de sua organização

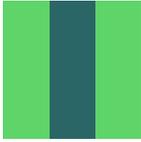
datagenero.org

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @DataGenero

Instagram: @DataGenero

LinkedIn: DataGénero



Jamila Venturini

Nome da organização que representa

Derechos Digitales

Breve perfil pessoal

Jamila Venturini é codiretora executiva de Derechos Digitales. Anteriormente, atuou como Coordenadora Regional da organização. O seu trabalho se relaciona com os impactos das tecnologias na liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados, especialmente a sua interação com o exercício de outros direitos fundamentais.

É jornalista pela Universidade de São Paulo e mestre em Ciências Sociais com ênfase em Educação pela Flacso Argentina. É autora dos livros “Terms of Service & Human Rights: an analysis of online platform contracts” [Termos de Serviço & Direitos Humanos: uma análise de contratos de plataformas online] e “Recursos Educacionais Abertos no Brasil” e integra a Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) e o Coletivo Intervezes.

Perfil institucional breve da organização que representa

Derechos Digitales é uma organização latino-americana, independente e sem fins lucrativos, fundada em 2005 e que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento, a defesa e a promoção dos direitos humanos no ambiente digital.

Principais temas/áreas de interesse

Governança de inteligência artificial; direitos humanos e justiça social; tecnologias na educação.

Link da página na internet de sua organização

www.derechosdigitales.org

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @derechosdigital



Joyce Souza Maldonado

Nome da organização que representa

Laboratório de Tecnologias Livres da Universidade Federal do ABC (LabLivre/UFABC)

Breve perfil pessoal

Doutora em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, é pesquisadora do LabLivre e estuda os sistemas algorítmicos e suas implicações sociais na contemporaneidade, com especial atenção ao setor de saúde pública e privada no Brasil.

Perfil institucional breve da organização que representa

O Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivre) da Universidade Federal do ABC é um espaço de pesquisa e articulação entre o conhecimento da academia e das comunidades tecnológicas. Criado em 2016 e formado por um corpo interdisciplinar de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Ciências Políticas, Comunicação e Ciência da Computação, o LabLivre tornou-se um ambiente de simbiose onde convivem teorias sociais e expressões tecnopolíticas das sociedades contemporâneas. O LabLivre não apenas produz tecnologias, mas também se dedica a analisar criticamente as implicações políticas, sociais, econômicas e culturais que cercam o universo tecnológico.

Link da página na internet de sua organização

<https://www.lablivre.tec.br>



Juan Manuel García

Nome da organização que representa

Derechos Digitales

Breve perfil pessoal

Juan Manuel García é Coordenador de Pesquisa em Derechos Digitales. Seu trabalho se concentra na pesquisa e gestão de projetos sobre o uso e regulamentação de tecnologias digitais na América Latina, com interesse principal na perspectiva dos direitos humanos. É formado em Comunicação pela Universidade de San Martín e mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade de Georgetown. É graduado pelo Diploma de Governança da Internet (DiGI), pela Universidade de San Andrés/UFRGS.

Perfil institucional breve da organização que representa

Derechos Digitales é uma organização latino-americana, independente e sem fins lucrativos, fundada em 2005 e que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento, a defesa e a promoção dos direitos humanos no ambiente digital.

Principais temas/áreas de interesse

Segurança da informação, privacidade, inteligência artificial, IA e direitos humanos, governança de dados e acesso à informação pública.

Link da página na internet de sua organização

www.derechosdigitales.org

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @derechosdigital



Kruskaya Hidalgo Cordero

Nome da organização que representa

Centro de Solidaridad // Observatorio de Plataformas

Breve perfil pessoal

Kruskaya Hidalgo Cordero é feminista, pesquisadora e sindicalista. Atualmente desempenha a função de organizadora sindical e ponto focal de plataformas digitais para a América Latina do Centro de Solidariedade. Tem mestrado em Estudos de Gênero pela Universidade Central Europeia (CEU). É uma das fundadoras do Observatório de Plataformas, integrante do Tierra Común e da Rede Feminista de Inteligência Artificial.

Perfil institucional breve da organização que representa

Observatório de Plataformas, um coletivo que reúne artistas, investigadores, ativistas e trabalhadores de plataformas digitais que questionam as condições de trabalho e as violações da vida nas economias de plataforma, ao mesmo tempo que apresentam alternativas de trabalho digno e de consumo ético para que “o algoritmo não controle a nossa humanidade” desde 2019.

Principais temas/áreas de interesse

Plataformas Digitais, Direitos Trabalhistas, Feminismo.

Link da página na internet de sua organização

<https://www.solidaritycenter.org/category/americas/mexico/>

https://www.instagram.com/observatorio_plataformas/

Redes sociais pessoais ou da organização

Instagram: @krusmochilera

Instagram: @observatorio_plataformas

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/kruskayahidalgocordero>

Academia: <https://independent.academia.edu/KruskayaHidalgoCordero>



Laura Giannecchini

Nome da organização que representa

Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE).

Breve perfil pessoal

Coordenador de Programas da CLADE. É formada em Jornalismo e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, é especialista em Políticas para Igualdade pela Clacso-Flacso Brasil e atualmente faz doutorado em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe).

Perfil institucional breve da organização que representa

A Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) é uma rede plural de organizações da sociedade civil, com presença em 18 países da América Latina e do Caribe, que promove ações de mobilização social e de incidência política para defender o direito humano a uma educação transformadora, pública, laica e gratuita para todos, ao longo da vida e como responsabilidade do Estado. Para cumprir sua missão e cumprir sua agenda política, a CLADE utiliza como estratégias: incidência nas políticas públicas; mobilização social; exigibilidade política e jurídica; articulação interinstitucional com atores regionais, internacionais e fóruns nacionais; a produção de conhecimento e pesquisa; e ações de comunicação interna e externa.

Principais temas/áreas de interesse

Direito humano à educação; direitos digitais; gênero.

Link da página na internet de sua organização

www.redclade.org

Redes sociais pessoais ou da organização

<https://www.facebook.com/redclade>

<https://www.facebook.com/redclade/>

<https://www.instagram.com/red.clade/>

<https://www.youtube.com/channel/UC7RMT-HHGmMLk9dXRsx6w5g>



Lucía Camacho Gutiérrez

Nome da organização que representa

Derechos Digitales

Breve perfil pessoal

Advogada colombiana, especialista em políticas públicas (CLACSO) e mestre em direitos humanos e democratização (UNSAM). Coordenadora de políticas públicas em Derechos Digitales.

Perfil institucional breve da organização que representa

Derechos Digitales é uma organização latino-americana, independente e sem fins lucrativos, fundada em 2005 e que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento, a defesa e a promoção dos direitos humanos no ambiente digital.

Principais temas/áreas de interesse

Inteligência artificial; justiça social; direitos humanos.

Link da página na internet de sua organização

www.derechosdigitales.org

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @derechosdigital



Luciana Benotti

Nome da organização que representa

Fundación Vía Libre

Breve perfil pessoal

Luciana Benotti é professora de Ciências da Computação da Universidade Nacional de Córdoba e pesquisadora na área de processamento de linguagem natural. A área tem foco na construção, avaliação e avanço de pesquisas sobre modelos de linguagem, como o ChatGPT. Esses modelos estão presentes em tradutores automáticos, buscas no Google e recomendações do Spotify, Instagram, entre outros. Há cinco anos colabora com a equipe de pesquisa de IA da Fundação Vía Libre e ministra aulas de programação no primeiro ano e cursos de pós-graduação relacionados à inteligência artificial. Embora esses modelos de linguagem estejam apenas se tornando conhecidos, Luciana atua na área de processamento de linguagem natural há mais de 20 anos e conseguiu se formar tanto na Universidade Nacional e Pública de Neuquén quanto no exterior, na França, nos Estados Unidos e na Itália.

Perfil institucional breve da organização que representa

A Fundação Vía Libre é uma organização civil sem fins lucrativos fundada na cidade de Córdoba, Argentina, nascida em 2000. A Fundação Vía Libre possui diversas linhas de trabalho, todas vinculadas à defesa dos direitos fundamentais no ambiente digital. Como organização está comprometida com a construção coletiva do conhecimento, da cultura livre e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa baseada no respeito e na promoção dos Direitos Humanos.

Principais temas/áreas de interesse

Direitos humanos em ambientes digitais, modelos de linguagem comunitária, inteligência artificial na educação.

Link da página na internet de sua organização

<https://www.vialibre.org.ar>

<https://ia.vialibre.org.ar/>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @LucianaBenotti

X: @FViaLibre

Instagram: @lucianabenotti

Instagram: @fvialibre



Nicolás Grossman

Nome da organização que representa

Global Center on AI Governance-Global Index on Responsible AI

Breve perfil pessoal

Nicolás é atualmente o diretor do projeto Global Index on Responsible AI [Índice Global de IA Responsável], em que liderou a concepção de uma estrutura de medição integral para IA responsável e supervisionou um extenso programa de recolhimento de dados em mais de 140 países. É sociólogo, especializado em pesquisa e medições globais de dados para o bem público e IA responsável. Anteriormente, foi líder de pesquisa e dados do Global Data Barometer [Barômetro Global de Dados] e liderou a estratégia de Dados Abertos e Jornalismo de Dados na Properati, uma plataforma imobiliária online. Atualmente está concluindo seu mestrado em Sociologia Política Internacional na Universidad Nacional de Tres de Febrero, com foco nos desafios do big data e da IA.

Perfil institucional breve da organização que representa

O Centro Global de Governança de IA é um centro pioneiro com sede na África, dedicado a promover a governança responsável da IA em todo o mundo. Em um contexto em que a IA tem um enorme poder de transformação e riscos significativos, sua missão é clara: garantir a governança equitativa da IA por meio da produção e do compartilhamento de conhecimento, aproveitando as perspectivas locais para gerar impacto global. Seus dois principais projetos são o Índice Global de IA Responsável e o Observatório Africano de IA Responsável.

Principais temas/áreas de interesse

IA responsável, direitos humanos, dados.

Link da página na internet de sua organização

globalcenter.ai

global-index.ai

Redes sociais pessoais ou da organização

<https://www.linkedin.com/company/global-index-on-responsible-ai>.

<https://x.com/GlobalIndexRAI>



Paulo Nunes

Nome da organização que representa

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Breve perfil pessoal

Doutor em ciência política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e um dos coordenadores do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). Realiza pesquisas sobre segurança pública, uso de novas tecnologias, vigilância e racismo.

Perfil institucional breve da organização que representa

O CESeC é uma das primeiras organizações brasileiras a se dedicar especificamente ao tema da segurança pública. Atualmente, o CESeC realiza pesquisas como a Rede de Observatórios da Segurança, o projeto “Drogas, quanto custa proibir?” que calcula os custos da chamada “Guerra às drogas”; e “O Panóptico”, que monitora adoção de novas tecnologias pelas polícias brasileiras.

Principais temas/áreas de interesse

Segurança pública, tecnologia e racismo.

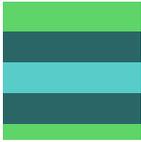
Link da página na internet de sua organização

cesecseguranca.com.br

opanoptico.com.br

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @pblnns



Paola Ricaurte Quijano

Nome da organização que representa

Red Tierra Común, Red Feminista de Investigación en IA

Breve perfil pessoal

Paola Ricaurte é pesquisadora titular do Departamento de Mídia e Cultura Digital do Tecnológico de Monterrey e pesquisadora associada do Berkman Klein Center for Internet & Society da Universidade de Harvard. É cofundadora da rede Tierra Común e membro da <A +> Aliança para Algoritmos Inclusivos, de onde coordena o nó Latino-Americano e Caribenho da Rede Feminista de Pesquisa em Inteligência Artificial. Ela participa de vários comitês de especialistas, incluindo a Aliança Global para IA, a rede AI Ethics Experts Without Borders [Especialistas em ética em IA sem fronteiras] e a plataforma Women for Ethical AI [Mulheres por uma IA ética], W4EAI, da Unesco. Além do trabalho acadêmico, participa de iniciativas da sociedade civil para promover políticas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias de interesse público e à divulgação dos impactos socioambientais do desenvolvimento tecnológico.

Perfil institucional breve da organização que representa

A rede Tierra Común articula ativistas, jornalistas, defensores dos direitos humanos, acadêmicos e cidadãos que trabalham pela decolonialidade dos dados. Está orientado principalmente para a América Latina, mas com o horizonte do Sul Global e de todas as pessoas que rejeitam a colonialidade de dados como a última manifestação do desejo de dominação exercido pelo Norte Global na história moderna. O nó Latino-Americano e Caribenho da Rede Feminista de Pesquisa em Inteligência Artificial promove pesquisa-ação feminista e inovação orientada para a justiça social e focada nas comunidades.

Principais temas/áreas de interesse

Inteligência artificial, feminismo, decolonialidade.

Link da página na internet de sua organização

tierracomun.net
aplusalliance.org

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @aplusalliance



Patricia Peña Miranda

Nome da organização que representa

Universidad de Chile

Breve perfil pessoal

Acadêmica, pesquisadora, ativista (em qualquer ordem). Atualmente é professora da Faculdade de Comunicação e Imagem da Universidade do Chile. É diretora da Fundação Datos Protegidos, membro da rede de Jornalistas e Comunicadoras Feministas do Chile, da rede Tierra Común e do conselho consultivo do LAVITS. A sua investigação e desenvolvimento de projetos cruza os temas da comunicação/informação/media, Internet, IA e tecnologias emergentes, tecnofeminismo, direitos de comunicação, dados pessoais e políticas públicas no domínio das tecnologias e do setor das comunicações. Muito recentemente, foi bolsista e integrante da rede feminista de IAfAIr, com um projeto de protótipo de um bot para orientação em casos de violência digital de gênero no Chile.



Pedro Vaca Villarreal

Nome da organização que representa

Relatoría Especial para la Libertad de Expresión (RELE)

Breve perfil pessoal

É Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) desde 6 de outubro de 2020, com mandato renovado pela CIDH até 2026. Colombiano e advogado pela Universidade Nacional da Colômbia, possui mestrado em Direito e especialização em Direito Constitucional. Tem mais de 15 anos de experiência profissional na área dos direitos humanos e já litigou em nome de vítimas de graves violações da liberdade de expressão. De 2013 a 2020, atuou como Diretor Executivo da Fundação para a Liberdade de Imprensa (Flip) na Colômbia. Possui ampla experiência em gestão organizacional, diálogo intersetorial, articulação de equipes e redes. Além disso, é professor do Mestrado em Jornalismo da Universidade de los Andes. Liderou processos regionais em defesa da liberdade de expressão, ocupando cargos de responsabilidade e integrando a Rede Consultiva da Media Freedom Coalition e o Conselho Global do Intercâmbio Internacional pela Liberdade de Expressão (IFEX). Vaca Villarreal também fez parte da equipe da Unesco para a formação de juízes na Bolívia, México e Colômbia. Foi consultor da Freedom House para o capítulo colombiano do relatório global sobre liberdade na Internet e é cofundador do Presunto Podcast.

Perfil institucional breve da organização que representa

A Relatoria Especial foi criada pela CIDH em outubro de 1997, durante seu 97º Período de Sessões, por decisão unânime de seus membros. A Relatoria Especial foi criada como um escritório permanente e independente que atua dentro do marco e com o apoio da CIDH. Com isso, a CIDH procurou estimular a defesa hemisférica do direito à liberdade de pensamento e de expressão, considerando o seu papel fundamental na consolidação e desenvolvimento do sistema democrático, bem como na proteção, garantia e promoção dos outros direitos humanos.

Principais temas/áreas de interesse

Proteção e promoção do direito à liberdade de pensamento e expressão.

Link da página na internet de sua organização

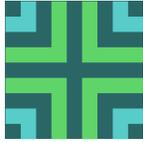
<https://www.oas.org/es/cidh/expresion/index.asp>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: https://x.com/RELE_CIDH

Facebook: <https://www.facebook.com/RELE.CIDH>

YouTube: https://youtube.com/@relatoriaespecialparalalib2332?si=O6X_BjZZ8VWb0e6k



Rafael Grohmann

Nome da organização que representa

DigiLabour/Universidade de Toronto

Breve perfil pessoal

Professor de Estudos Críticos de Plataforma na Universidade de Toronto. Diretor do DigiLabour. Pesquisador principal dos projetos Worker-Owned Intersectional Platforms (WOIP) e Creative Labour and Critical Futures (CLCF). Ele investiga como os trabalhadores estão aprendendo a governar plataformas e inteligência artificial por meio de coletividades. Ele é pesquisador dos projetos Fairwork e Platform Work Inclusion Living Lab (P-WILL). Editor-chefe da revista Platforms & Society.

Perfil institucional breve da organização que representa

O DigiLabour é uma iniciativa de produção e circulação de conhecimento relacionado ao trabalho e à tecnologia, com pesquisas orientadas para políticas e comunidades. Seus valores são impacto social, internacionalização -com foco na América Latina -e comunicação científica. É dirigida por Rafael Grohmann da Universidade de Toronto, apoiada por Critical Digital Methods Institute (CDMI) e o Departamento de Artes, Cultura e Meios.

Principais temas/áreas de interesse

IA e Trabalho; Plataformas e Trabalho; Cooperativas.

Link da página na internet de sua organização

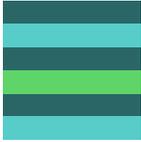
<https://digilabour.com.br>

<https://www.utoronto.ca/acm/rafael-grohmann>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @grohmann_rafael

Instagram: @grohmannrafael



Sally Burch

Nome da organização que representa

Agencia Latinoamericana de Información -ALAI

Breve perfil pessoal

Sally Burch é jornalista anglo-equatoriana, diretora executiva da Agência Latino-Americana de Informação –ALAI e co-facilitadora das redes regionais Internet Ciudadana e Fórum de Comunicação para a Integração de Nossa América (FCINA). Entre 1993 e 1995, foi coordenadora global do Programa de Apoio à Rede de Mulheres da APC. Em 2002-3, foi co-coordenadora do Grupo de Conteúdos e Questões da sociedade civil (global) para a fase 1 da CMSI. Foi presidente da Associação de Imprensa Estrangeira no Equador. Publicou numerosos artigos e co-editou vários livros sobre comunicações, tecnologias digitais e redes de movimentos sociais.

Perfil institucional breve da organização que representa

A Agência Latino-Americana de Informação -ALAI -é uma organização internacional de comunicação, comprometida com a plena vigência dos direitos humanos, da igualdade de gênero e da participação cidadã no desenvolvimento e nos assuntos públicos da América Latina. A missão da ALAI é formular e desenvolver respostas aos diversos desafios colocados pela comunicação e pela sua democratização, como espaço estratégico para a vigência democrática, a justiça social, a paz e a coexistência multicultural, e a integração regional. A ALAI tem desenvolvido as seguintes linhas centrais de atuação: -Editar e divulgar informação sistematizada; -Promover a democratização da comunicação e das tecnologias digitais. Seu site contém um amplo arquivo histórico, classificado por temas. (O trabalho editorial está temporariamente suspenso desde 2023).

Principais temas/áreas de interesse

Comunicação; justiça social; participação cidadã.

Link da página na internet de sua organização

www.alainet.org

alai.info



Sofia Beatriz Scasserra

Nome da organização que representa

Transnational Institute

Breve perfil pessoal

Economista. Especialista em economia digital, comércio, desenvolvimento e emprego. Mestre em Relações Econômicas. Doutoranda em Epistemologia e História da Ciência pela Untref. Pesquisadora e docente do Instituto do Mundo do Trabalho “Julio Godio”. Diretora do Observatório de Impactos Sociais da Inteligência Artificial da Universidade Nacional de Tres de Febrero (Untref). Diretora da Diplomatura Superior em Inteligência Artificial e Sociedade (Untref). Pesquisadora associada em economia digital e sociedade no Transnational Institute. Assessora Sênior da rede global contra a Organização Mundial do Comércio Our World is Not for Sale. Colunista de rádio. Pesquisadora colaboradora em temas digitais do Observatório Laboral da Confederação Sindical das Américas.

Perfil institucional breve da organização que representa

O Transnational Institute (TNI) é um instituto internacional de pesquisa e defesa que trabalha por um mundo mais justo, democrático e sustentável. Durante quase 50 anos, o TNI tem atuado como um ponto de interconexão entre movimentos sociais, acadêmicos e acadêmicas comprometidos e responsáveis de políticas. A visão do Transnational Institute (TNI) é um mundo de paz, equidade e democracia num planeta sustentável, guiado e sustentado por uma cidadania informada e empenhada. O TNI conquistou uma reputação internacional por desenvolver críticas bem fundamentadas sobre questões globais, muito antes de se tornarem temas de preocupação generalizada. Como entidade não sectária composta por investigadores, ativistas/acadêmicos e membros de movimentos sociais, o TNI combina a análise geral com propostas e soluções justas e pragmáticas. A nossa capacidade de construir relações de longo prazo e de respeito mútuo com movimentos sociais estratégicos ajuda a colocar ideias radicais em ação.

Principais temas/áreas de interesse

Comércio digital, futuro do trabalho, industrialização digital.

Link da página na internet de sua organização

<https://www.tni.org/es>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @sofiasscasserra

X: @TNIInstitute

X: @TNIInstitute_es

Instagram: @transnationalinstitute



Verónica Ferrari

Nome da organização que representa

APC

Breve perfil pessoal

Verónica é Coordenadora Global de Incidência Política Global na Association for Progressive Communications [Associação para o Progresso das Comunicações] (APC). Nesta função, coordena a participação da organização e de seus membros em vários fóruns globais de política digital, incluindo o Grupo de Trabalho Aberto das Nações Unidas sobre Segurança Cibernética (OEWG) e a Revisão Periódica Universal (UPR). Verónica também atua como representante da APC na Freedom Online Coalition (FOC), onde co-lidera a rede de assessoras (Advisory Network) e liderou o Grupo de Trabalho sobre Inclusão Digital.

Perfil institucional breve da organização que representa

Association for Progressive Communications (APC) é uma rede de organizações da sociedade civil fundada em 1990 com o objectivo de capacitar e apoiar pessoas que promovem a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente através da utilização estratégica das TIC. Contribuímos para um mundo onde todas as pessoas tenham acesso igualitário e acessível ao potencial criativo das TIC para melhorar as suas vidas e criar sociedades mais democráticas e igualitárias.

Principais temas/áreas de interesse

Gênero, direitos humanos, políticas digitais.

Link da página na internet de sua organização

<https://www.apc.org/>

Redes sociais pessoais ou da organização

X: @APC_News



www.derechosdigitales.org